

Das áreas culturais às redes de relações: os sistemas regionais ameríndios em análise*

Felipe Vander Velden¹ 

Pedro Lolli¹ 

Introdução

Desde o final dos anos 1970¹, um dos desafios da etnologia americanista tem sido pensar as sociedades indígenas nas (ou nativas das) terras baixas da América do Sul² num contexto de multiplicidade de comunidades fluidas, dinâmicas e dispersas, as quais se relacionam como sistemas abertos e nas quais não se verificam delimitações claras sobre o que se define como fronteiras étnicas. Esses contextos de multiplicidade de comunidades resistiam à aplicação de outro relacionado à unidade social, marcado pelo estrutural-funcionalismo. A corrente teórica ainda estava em voga no pensamento antropológico *mainstream*, em que as unidades sociais eram concebidas como totalidades internamente articuladas, cujas funções visavam, principalmente, à “autopreservação” do grupo. Desse modo, noções como as de sociedades “tribais” ou “étnicas” e de “gru-

pos (sociais)” vinham sendo questionadas, pois pressupunham coletivos como unidades de análise isoladas, fixadas em torno de um território, mônadas cosmológicas que compartilhavam língua, cultura e identidade comuns e perseveravam ao longo do tempo. Além disso, essas categorias podiam, em tese, ser acompanhadas desde seus vestígios arqueológicos até tempos históricos e, em alguns casos, até o momento presente (Leach, 2014 [1954]; Barth, 1969).

Os desdobramentos dessas críticas foram muitos e variados, tanto no que diz respeito às áreas etnográficas quanto aos temas e às abordagens das pesquisas. Portanto, não seria possível aqui, nos limites deste artigo, esgotar essa riquíssima produção³. Vale seguir com mais cuidado os impactos que essas críticas produziram nas pesquisas sobre os chamados sistemas regionais ameríndios ou as redes de relações que conectam comunidades distintas, por meio de circulação de

1 Os marcos importantes foram as publicações das Actes du XLII Congrès International des Américanistes, organizadas por Overing Kaplan (1977), e do conhecido artigo seminal de Seeger, DaMatta e Viveiros de Castro (1979).

2 Também denominadas, por alguns, ameríndias, ainda que este termo cubra todos os povos nativos das três Américas e só tenha ganhado tração para agregar os povos sul-americanos na década seguinte

3 Ver, entre outros, a discussão crítica de Viveiros de Castro (1999).

*Os autores agradecem aos dois pareceristas anônimos da BIB pela criteriosa leitura e sugestões muito pertinentes, e a Luisa Fanaro, pela gentileza de revisar o manuscrito.

¹Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mails: fvander@ufscar.br, pelolli@ufscar.br
Recebido em: 26/03/2020. Aprovado em: 01/06/2020.

pessoas, alimentos e palavras, questões discutidas por Lévi-Strauss (1976 [1949]) e Clastres (1974). Igualmente, bem no espírito da formulação Maussiana dos “sistemas de prestações totais”, ou seja, de recursos naturais, artefatos, animais e plantas, mitos, rituais, conhecimentos, guerras, partes de corpos e muito mais. Nosso ponto, nesta recensão bibliográfica, é demonstrar que as investigações cada vez mais detalhadas dos sistemas regionais ou das redes de intercâmbio têm deslocado o foco das unidades étnicas para conjuntos multicomunitários, driblando a “ilusão presentista” que enxerga a polinésia de “ilhas indígenas” (Viveiros de Castro, 2019) atuais como um retrato aproximado fiel do passado, apostando nas descontinuidades étnico-territoriais (Lévi-Strauss, 1952 [1975], Viveiros de Castro, 1993a). Ainda, a ênfase na análise de regiões ou redes mais ou menos interligadas tem permitido não apenas adensar o conhecimento interno a esses sistemas, mas, sobretudo, a “abri-los” para a compreensão das relações *entre* regiões, redes ou sistemas — de relações entre relações, por assim dizer —, de modo a produzir um cenário de conexões de alcance continental, um tecido contínuo de contatos, orquestrados por um “sistema de pensamento”. Esta parece a muitos autores uma imagem mais precisa das comunidades humanas nativas das terras baixas da América do Sul antes da conquista europeia iniciada em 1972 — a tal “Idade Média à qual teria faltado sua Roma” (Lévi-Strauss, 2004 [1964], p. 27)⁴.

Neste balanço bibliográfico, propomos reconstituir parte das abordagens teórico-metodológicas que abandonaram paulati-

namente o “fechamento” ou “isolamento” monádico das unidades sociais nas terras baixas da América do Sul, rumo a análises que passaram a privilegiar sua “abertura”, “conexão” ou “interdependência” em relação umas às outras. Tal reconstituição concentra-se na história intelectual, no interior da etnologia americanista, dos conceitos de “áreas cultural ou etnográfica”, de “sistemas regionais” e, mais recentemente, de “redes (de relações)”. Não estamos, por esta razão, tão interessados nas propostas que postulam filosofias sociais indígenas da abertura do *socius* para o exterior ou à alteridade, tal como se configura com força na disciplina a partir dos anos 1990 (Viveiros de Castro, 1996). Na prática, isso é dissolvido na própria oposição entre exterior e interior, ainda que o impacto dessas abordagens para a investigação dos sistemas regionais nativos seja inegável e certamente produtivo, quiçá revolucionário. De todo modo, nossa ideia central é, justamente, apostar no rendimento de um novo debate sobre as complexas interações entre os postulados (por nativos e etnólogos) “exterior” e “interior” — pela via privilegiada de estudos em escalas regionais ampliadas, de caráter multiétnico ou multicomunitário.

Para tanto, e de modo a enfatizar nossa adesão a estudos dessa natureza ampliada, pretendemos comparar dois sistemas regionais: um deles já consagrado por ampla etnografia e pela literatura, o Alto do Rio Negro (ARN), e o outro, proposto de forma alternativa ao modo usual de tratar a região e o tema, a chamada Grande Rondônia, ou Alto Madeira. Nesse sentido, apresentamos uma reflexão sobre um sistema e uma refle-

4 Note-se que, como a produção etnológica (mesmo no Brasil) é imensa (ainda mais quando nos lançamos às discussões pancontinentais), optamos por concentrar nossas referências em trabalhos publicados (livros, capítulos, artigos, teses e dissertações), infelizmente deixando de lado uma produção substancial de relatórios e laudos e a documentação primária que ainda aguarda explorações mais detalhadas.

xão-proposta sobre o outro, com a intenção de testar a proficuidade da noção de sistema regional e de outras noções correlatas, tanto no interior de uma área amplamente investigada etnograficamente como sistema regional clássico quanto no interior de outra região apresentando elementos que, como sustentado aqui, autorizam pensá-la também como sistema regional. Para isso, bastam ajustes ao conceito, que constituem, precisamente, parte de nossa contribuição neste texto. Esta seleção não pretende sugerir que outras áreas geográficas, etnográficas ou culturais (ou outras redes) não possam ser definidas e analisadas da mesma forma que fizemos aqui com apenas duas delas. De fato, os recortes são, e não poderiam deixar de sê-lo, sempre arbitrários, dada a abertura das redes de relações. Se o leitor, ou leitora, precisar de um esforço semelhante para outras áreas ou redes, não é porque estas são tangentes às redes tratadas ou às franjas nos sistemas regionais tomados em primeiro plano; mas, sim, porque orientamos nossos recortes em função de nossas especialidades (o ARN e Rondônia/Sudoeste amazônico).

Não obstante, acreditamos que esta estratégia comparativa rende frutos, como se verá, especialmente pelo fato de compararmos regiões com históricos de abordagens muito distintos, conforme mencionamos. O resultado é demonstrar que, guardadas todas as especificidades regionais, as dinâmicas que se caracterizam pela abertura e pelos intercâmbios generalizados entre “unidades sociais” — relações que orquestram a própria definição, sempre dinâmica e contextual, dessas mesmas unidades — perpassam diferentes áreas etnográficas ou culturais, tão somente recortes analíticos, conectando virtualmente todo o tecido social sul-americano, tanto física quanto metafisicamente.

Das áreas culturais às redes de relações

A noção de sistema regional é bastante antiga e largamente aplicada em estudos sobre os povos nas Américas, embora não de maneira uniforme. Na Mesoamérica e no Altiplano Andino, não houveram muitas dificuldades em afirmar que as sociedades (“civilizações”) encontradas, as quais apresentavam formas de centralização hierárquica e estratificação social, compunham extensos sistemas regionais conectados por estruturas políticas de tipo estatal e instituições de naturezas militar e comercial (Kirchhoff, 1943; Steward, 1946; Oberg, 1955; Service, 1975). No entanto, nas chamadas Terras Baixas Sul-Americanas, sempre houve muitas dificuldades, visto que a imagem cristalizada das sociedades encontradas era a de unidades sociais de pequena escala, atomizadas, igualitárias, endogâmicas, fluidas e dispersas, separadas por largos vazios demográficos, amplos domínios da “natureza”, e largamente desprovidas de contatos com vizinhos um pouco distantes, as famosas mônadas.

O contraste entre terras altas e baixas se consolidou com a publicação do *Handbook of South American Indians*, doravante HSAI, em sete volumes, sob a organização de Julian Steward no final da década de 1940 e início dos anos 1950. Este foi um trabalho de enorme fôlego no sentido de estabelecer uma classificação geral de áreas culturais para a América do Sul (Steward; Faron, 1959). Isso não se referia apenas à macrodivisão do mapa etnológico do continente, orientada, como se sabe, por critérios ecológico-materialistas, em quatro grandes divisões correspondentes aos volumes dois a cinco da coleção, mas, igualmente, na percepção de que, para algumas regiões, a análise se mostrava muito mais profícua quando abordados conjuntos pluriétnicos, como foi o caso, entre

vários outros, das Guianas (Gillin, 1948), do Gran Chaco (Métraux, 1946) e do Valle del Cauca colombiano (Hernández de Alba, 1948). Esse é apenas um exemplo de cada volume dos três concernentes às Terras Baixas, e não de sociedades ou povos isolados. Porém, talvez (mais pesquisa se faz necessária aqui) esta organização dos volumes tenha seguido critérios relacionados tanto à quantidade de informação disponível para distintas zonas ou populações, quanto por uma seleção, entre organizadores e autores, de quais grupos mereceriam ser abordados por capítulos separados e quais seriam subsumidos em panoramas regionais mais amplos (cf. Fausto, 2000; Faulhaber, 2012). Apenas pesquisas adicionais em torno do processo de organização e edição do HSAI poderão esclarecer a escolha dos autores e as decisões quanto aos recortes étnicos, linguísticos e/ou históricos adotados na versão final da coleção de volumes, incluindo as definições de certos conjuntos regionais e suas fronteiras.

Outro esforço de se estabelecerem sistemas regionais, por meio da noção aproximada, mas não exatamente coincidente, de áreas culturais, na América do Sul, foi o de Eduardo Galvão (1979) e Silva (2007). Segundo Melatti (2019), a contribuição de Galvão em relação ao HSAI foi incluir, nos critérios de definição das áreas, um limite temporal de validade (1900 a 1959), além dos contatos intertribais e com as sociedades coloniais e nacionais. O autor aprofundou, desse modo, a ênfase nas relações sociais em detrimento dos traços culturais para se pensar a constituição de sistemas regionais, algo em certa medida iniciado pelo HSAI, a “validade” temporal das áreas definidas por Galvão, reconhecendo implicitamente as transformações permanentes dos grupos indígenas, em um contexto intelectual marcado pelas ideias de “aculturação” e profecias

de acelerada mudança, integração e extinção dos povos nativos do Brasil (Ribeiro, 1996 [1970]). Sem dúvida, essa mudança permitiu que se abrisse um campo extenso de pesquisas mais focadas nos intercassamentos, nas trocas comerciais, nos convites para festas e rituais, na procura dos serviços de médicos-pajé, no contato com a sociedade não indígena; em suma, nas relações sociais entre grupos culturais, ainda que a interação entre distintos sistemas regionais fosse pouco marcada e a noção sistêmica de “rede”, inexistente.

Tanto os autores do HSAI como Eduardo Galvão incorporaram algumas propostas antigas de certos sistemas regionais, tais como o Alto Xingu, o ARN e a região das Guianas, que puderam ser observados etnograficamente ainda em funcionamento relativamente estável (Von den Steinen, 1942; Koch-Grünberg, 1979), mas propuseram, em larga medida, quais seriam as regiões marcadas pelo adensamento de suas conexões internas, em detrimento das relações com o exterior. Com isso, abriram portas para pesquisas que investiram nessas regiões, incrementando sua caracterização sistêmica segundo eixos não só étnicos e socio-históricos, mas também linguísticos e socio-culturais (Rivière, 1984). Além disso, mais trabalhos buscaram caracterizar as conexões internas a outras regiões, embora a percepção destas como sistemas regionais em sentido estrito não fosse aventada; é o caso, por exemplo, do Brasil central (Maybury-Lewis, 1979), do litoral atlântico brasileiro (Fausto, 1992) e da imensa zona ocupada pelos grupos Guarani no Sul do continente (Monteiro, 1992; Soares, 1997).

Contudo, permaneceu, como problema metodológico, as questões referentes a como delimitar os sistemas regionais. Onde termina, ou onde começa, um sistema regional?

Quais os limites das redes de intercâmbios de distintas naturezas, e em quais direções se espriam a partir de diferentes centros de origem? O que qualifica, afinal, cada uma das noções correlatas discutidas aqui: sistema regional, rede de trocas, áreas etnográficas, geográficas ou culturais? As dificuldades de se enfrentar essas questões são homólogas àquelas enfrentadas por estudos monográficos sobre um determinado grupo nas Terras Baixas Sul-americanas, na medida que aqui, também, as fronteiras sociológicas não se deixam definir facilmente: a definição dos limites de uma “sociedade” pode ser tão problemática, e mesmo tão arbitrária, quanto a definição dos limites de um sistema regional, ou seja, um “sistema de sociedades”. Ainda, são muitos os casos em que nem todos os grupos de um sistema regional apresentam as características sociais e culturais “típicas” do conjunto, o que solicita aprofundamento constante das investigações internas aos sistemas em questão.

Durante a década de 1980, houve uma profusão de excelentes monografias etnográficas clássicas realizadas junto a grupos étnicos específicos, que trouxeram importantes contribuições para o entendimento da organização social ameríndia e para uma superação de suas várias definições por ausências, ecoando, desde tempos coloniais, a famosa expressão de Pero de Magalhães Gândavo que se referia aos nativos americanos: “sem rei, sem lei e sem fé”. Trabalhos mais gerais sobre os sistemas regionais ameríndios não tiveram a mesma atenção das pesquisas, embora já despontassem trazendo conclusões interessantíssimas, só retomadas, a rigor, no início dos anos 2000 (Lathrap, 1970; Lyon, 1974; 1981; Myers, 1981; DeBoer, 1981; Bodley, 1981; Renard-Casevitz; Saignes; Taylor, 1986; Dreyfus, 1993). Portanto, as etnografias localizadas e em profundidade

não significaram um abandono das questões regionais, sobretudo em relação às pesquisas realizadas em áreas classicamente definidas como sistemas regionais, por exemplo, os mencionados ARN e o Alto Xingu. Além disso, muitas dessas monografias ofereceram descrições etnográficas riquíssimas sobre as relações de troca inter e multiétnica e outras formas de conexão (guerra, casamentos ou rapto de mulheres e crianças, *corpora* mitológicos, comércio de objetos e outras).

Essa desproporção entre as monografias sobre povos específicos e as sínteses de caráter regional talvez tenha sido necessária, ou mesmo inevitável, e representou um certo momento da produção etnográfica. Parecia, então, muito temeroso conjecturar explicações mais gerais sobre os sistemas regionais na América do Sul, pois ainda existiam muitas lacunas a serem preenchidas no mapa do etnologicamente “menos conhecido dos continentes” (Lyon, 1974). No entanto, a despeito das dificuldades, isso não impediu a consolidação de questões teóricas comuns, de amplo alcance, que contribuísem para a produção de uma etnologia indígena sul-americana propriamente dita, constituída como campo disciplinar autônomo e às voltas com seu conjunto de problemas específicos de natureza regional. Já haviam sido plenamente digeridas tanto as contribuições de Lévi-Strauss, para pensar as Américas como um conjunto coerente no quadro das regiões etnográficas do planeta, quanto as elaborações dos anos 1970, que seguem no mesmo rumo, com destaque para o projeto “Harvard Central-Brazil”, distanciando a etnologia americanista das preocupações gestadas sobretudo em solo africano.

Vale destacar também as profundas diferenças linguístico-culturais, de localização geográfica, ou de história e situação de contato, ou seja, um mesmo conjunto temático

que parecia ocupar muitos etnólogos (Ove-ring Kaplan, 1983-1984; 1984; 1986; 1989; Menget, 1985; 1993a; 1993b; Carneiro da Cunha; Viveiros de Castro, 1985; Henley, 1996). Esses trabalhos pioneiros, mais à frente de suas contribuições de cunho etno-gráfico, apostavam mais fortemente em reflexões comparativas, identificando questões comuns a grupos e conjuntos multiétnicos para além dos sistemas regionais clássicos (Rio Negro, Xingu, Guianas) e ultrapassando, desse modo, as fronteiras étnicas, linguísticas, históricas e culturais que marcam a multiplicidade de povos indígenas no continente. Além disso, os autores buscavam eixos analíticos e comparativos que os afastassem do viés culturalista que até então pensava os povos indígenas como mônadas suspensas e dispersas pelo continente, agrupadas tão somente por caracteres geográficos ou culturais mais ou menos “naturais” (que constituíam as tais “áreas culturais” até então em voga). Esses trabalhos, que abrem novas estratégias analíticas e comparativas, acabam por encontrar no termo “ameríndio” um substituto menos controverso do que os termos “índigena” ou “índio sul-americano”, carregados pela história colonial e dispersos por outras disciplinas. Ademais, de certo modo, tais autores e autoras começaram a demonstrar que os estudos não deveriam se limitar ao interior dos conjuntos étnico-cultural-regionais consagrados, mas deveriam se abrir para interseções entre tais conjuntos, ou seja, relações entre sistemas de relações.

Desse modo, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, um grande e valioso número de estudos monográficos minuciosos e localizados tinha se acumulado que acabou fornecendo um consistente solo etnográfico para que as pesquisas sobre os sistemas regionais pudessem avançar. Muitos desses trabalhos deixaram de se centrar ape-

nas no nível do grupo ou tribo e passaram a abarcar relações mais amplas, enfatizando-se mais e mais as interações socio-históricas e os sistemas regionais. No início da década de 1990, verificou-se uma certa relativização das abordagens monográficas e a-históricas que marcaram a etnografia da América do Sul até aquele momento (Descola; Taylor, 1993, p. 21). Dentre os trabalhos etnográficos que obrigatoriamente estavam relacionados com o problema das interações regionais, como aqueles realizados no Alto Xingu e no ARN, começam a tomar forma e força os estudos sobre os povos da família linguística Aruak e a emergir sua caracterização como os grandes artefices intelectuais e materiais da integração das terras baixas sul-americanas em grandes sistemas regionais articulados. Como se sabe, a família linguística Aruak (Arawak) tem se espalhado amplamente por diversas partes da América do Sul (Urban, 1992; Campbell, 1997; Ramirez, 2001; Hill; Santos-Granero, 2002; Hornborg, 2005). Além das duas regiões supracitadas, também encontramos grupos nas regiões do Purus, do Orinoco, do Caribe, das savanas da Bolívia e do sudoeste do Brasil; talvez, também fossem Aruak a maioria das populações encontradas na calha do Amazonas desde a conquista. Essa enorme dispersão Aruak levou, desde muito cedo, pesquisadores a se questionarem sobre a possibilidade de sustentarem extensas redes de troca e circulação entre vários sistemas regionais da América e algumas propostas explicativas a avancarem (Schmidt, 1917; Lathrap, 1970; Hill; Santos-Granero, 2002; Eriksen, 2011).

Hipóteses mais robustas começaram a ganhar consistência ao longo da década de 1990, quando houve o desenvolvimento de muitos trabalhos antropológicos, históricos, linguísticos e arqueológicos, que, reunidos de maneira sistemática pela primeira vez

em volumes dedicados ao tema das relações regionais, deram força às investigações que dirigiram seus olhares não apenas às unidades sociais ou “tribais” singulares, mas para regiões ou sistemas regionais. Datam desta década duas coletâneas fundamentais e de grande impacto para a subárea da História Indígena, que tomam diferentes partes das Terras Baixas da América do Sul como contextos pluriétnicos e multilinguísticos necessários para o entendimento dos povos nesta região (Carneiro da Cunha, 1992; Salomon; Schwartz, 1999a; 1999b).

Vale ressaltar que, se esses trabalham colocam na ordem do dia o campo da História Indígena, na interface entre Antropologia e História, focando-se nas complexas relações entre povos ameríndios e atores coloniais ou nacionais diversos, ou seja, de caráter eminentemente relacional (Monteiro, 1994; Celestino de Almeida, 2010), as pesquisas também sofrem um acrimonioso ataque por parte daqueles que sustentam o privilégio das elaborações internas aos grupos sociais às expensas de reflexões sobre suas relações com o que lhes é exterior. Lévi-Strauss (2001), um dos primeiros críticos da ambiciosa proposta de Salomon e Schwartz, argumenta, entre outras coisas, que a obra não passava de uma coleção de histórias escritas “de fora”, ou seja, pelos historiadores que escamoteavam a relação entre história e mito e ignoravam o aporte estruturalista na análise dos fenômenos. Junto às bem-humoradas respostas dos dois autores norte-americanos (Schwartz, 2002; Schwartz; Salomon, 2003), o debate deixa entrever, de certa forma, a questão buscada aqui: como articular esta ênfase lévi-straussiana na autonomia das estruturas com as novas abordagens, oriundas não apenas da etnografia mas também, em larga medida, da etno-história indígena, perspectivas que sustentavam cada vez mais a tese da centralida-

de dos intercâmbios na própria constituição da socialidade ameríndia? É plausível supor que a leitura bastante crítica do mestre francês tenha constituído tão somente um breve desvio na trajetória relativamente retilínea na direção de investigações que privilegiavam a abertura e as conexões sistêmicas ao invés de mecanismos interiores, haja vista a boa recepção da coletânea de Manuela Carneiro da Cunha no Brasil, expressa de forma contundente (Viveiros de Castro, 1993a) por um dos grandes entusiastas dos modelos de abertura dos universos sociais ameríndios para o exterior, abertura tal que a própria dicotomia interno/externo acaba por perder muito de seu sentido (Viveiros de Castro, 1986b).

As pesquisas etno-históricas e arqueológicas — ou, neste último caso, leitura paralela de achados arqueológicos e etnologia indígena — também avançam, sobretudo na várzea amazônica (Porro, 1992; 1993; 1996; 2007; Roosevelt, 1991; 1992; 1994; McEwan; Barreto; Neves, 2001). Nesse cenário, começam a tomar corpo as hipóteses concernentes à centralidade dos povos de língua Aruak na história de formação dos conjuntos regionais e das redes de intercâmbio que percorriam o continente sul-americano. Em 2002, como reação às sínteses disponíveis para os povos de língua Jê (Maybury-Lewis, 1979), Tupi (Laraia, 1986; Viveiros de Castro, 1986b) e Karib (Basso, 1977; Rivière, 1984), mas ainda ligadas, portanto, a uma relação talvez pouco problematizada entre língua e etnia/cultura, publicou-se a coletânea *Comparative Arawakan Histories. Rethinking language family and culture are in Amazonia* (Hill; Santos-Granero, 2002). Esta reunia uma parte desse mosaico de pesquisas e propunha desenvolver uma síntese das principais questões e hipóteses encontradas nos estudos dos grupos da família Aruak. A discussão sobre a interação entre

os sistemas regionais é colocada em primeiro plano na coletânea na medida em que uma das questões centrais é entender, justamente, a diáspora do que se costuma chamar de matriz Aruak, que sedimentou, por séculos, os circuitos de trocas transcontinentais.

Segundo Hill e Granero (2002), a dispersão dos Aruak por extensas áreas do continente — muitas onde, atualmente, não se encontram redes de comunicação e intercâmbio em pleno funcionamento — torna praticamente impossível a distinção entre traços culturais, que são o produto da filiação linguística, e aqueles resultantes da convivência histórica entre grupos. Por isso, os autores da coletânea se propuseram a levar o exercício comparativo adiante sem se orientar tanto por uma noção de “traços culturais”. A ideia de unidade Aruak permaneceu, mas com o objetivo de examiná-la a partir da comparação entre distintos processos históricos e práticas culturais produzidas historicamente, a qual vários trabalhos etnográficos, históricos, linguísticos e arqueológicos tinham descrito e analisado. Com isso, a noção de migração como simples movimento de grupos Aruak sobre uma terra vazia perdeu força e passou a ser questionada como explicação da excepcional diáspora Aruak. Também pressupõe-se que os grupos Aruak, quando avançaram sobre novos territórios, expulsaram ou aniquilaram os outros que encontraram ao longo do caminho. Em vez disso, propõe-se que a dispersão Aruak esteve ligada à integração de uma extensa rede regional de comércio que se estendia ao longo da Bacia Amazônica, conectando-a tanto aos Andes quanto ao Caribe (cf. Hornborg, 2005). As pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1990, foram fundamentais para corroborar essa hipótese, na medida em que começaram a encontrar indícios da existência de

grandes concentrações populacionais após a formação de grandes centros regionais que mantinham contato, diferentemente da imagem tradicional de que na Amazônia somente teriam existido sociedades fragmentadas, fechadas e de pequena escala (Porro, 1992; 1993; 1996; Balée, 1998; Neves, 2012a). Na própria coletânea, temos a contribuição de arqueólogos cujas pesquisas defendem essa nova imagem da região (Heckenberger, 2002; Zucchi, 2002).

A partir daí, a ênfase das pesquisas passou a ser mais nos processos sociais envolvidos na manutenção e na construção de fronteiras étnicas. Ganhou destaque o conceito de “etnogênese”, que procura superar o essencialismo de conceitos como identidade e destacar as dinâmicas das interações e a produção historicamente contextual e multicêntrica de “etnias” e “grupos” (Hornborg, 2005). Portanto, aproxima-se, ainda, do conceito de “transculturização”, também aplicado na relativização das unidades étnicas ou socioculturais e na aposta de sua contingência e fluidez (Uzendoski, 2004). A crítica à tese da migração, postulada nessa coletânea de 2002, foi aprofundada quase uma década depois com o lançamento de outra coletânea que também concentra estudos sobre os grupos Aruak: *Ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory* (2011), também organizada por Hill, mas agora em parceria com Alf Hornborg.

A partir de tal abordagem, as duas coletâneas sintetizaram o que foi denominado de “matriz Arawak”, que reúne as características que podem ser atribuídas aos grupos desta família linguística: integram sistemas regionais multilinguísticos, multiétnicos e centralizados, organizados por uma hierarquia que se define por uma complexa rede de trocas cerimoniais; toponímia é muito importan-

te, pois é carregada de sentido histórico por meio de “escritas topográficas” (Santos-Granero, 1998). Em ligação com tais características, constata-se forte ênfase nas noções de descendência, genealogia, consanguinidade e ancestralidade. Além disso, as formações sociopolíticas dos grupos Aruak são marcadas por ênfase na conexão, abertura e expansão dos sistemas regionais em seus diferentes níveis de abrangência, o que levou à caracterização dessas formações como pacíficas, ao menos internamente, por meio de “supressão da endo-guerra” — como no conhecido caso dos Aruak subandinos (Renard-Casevitz, 1992; Santos-Granero, 1993; Hill; Santos-Granero, 2002; Eriksen, 2011, p. 269-278).

No mesmo período, durante o início da década de 2000, um outro conjunto de trabalhos etnográficos, que também se propuseram a superar os modelos identitaristas e substancialistas, mas concentrados na Amazônia, também procurava consolidar algumas sínteses sobre as sociedades ameríndias seguindo a vasta produção das duas décadas anteriores. A partir de um exame etnográfico minucioso das ligações e transformações que atravessam os múltiplos planos sociopolíticos, cosmológicos e ontológicos, esses autores também deram ênfase à rede de relações supralocais. Inspirados numa Amazônia lévi-straussiana — a partir da leitura das *Mitológicas* —, esses trabalhos procuraram levar adiante a ideia da “abertura para os outros” e, por isso, foram reunidos sob a rubrica de “economia simbólica da alteridade” (Viveiros de Castro, 2002). Assim, a relação com a exterioridade deixa de ser uma dimensão do antissocial para se transformar não só em parte da engrenagem da reprodução social, mas o próprio cerne de seu funcionamento. Com isso, ganham destaque a noção de afinidade potencial e os temas que em alguma

medida tratam das relações com a alteridade: guerra, xamanismo, caça, canibalismo, ritos funerários e comércio. Especial destaque é a guerra, que, nessas abordagens, não é mais entendida como um signo de destruição dos vínculos sociais ou do fracasso de uma negociação, mas como uma relação positiva e produtiva socialmente — e que tem impacto na formação (e na análise) das redes de relações ou sistemas regionais em funcionamento na Amazônia: trocam-se não somente bens, pessoas (via casamento) e visitas, mas também agressões, butins de guerra e partes de corpos.

Desse modo, ainda que também fundamentada na ideia de abertura, essa abordagem se desenvolve a partir e através da guerra e da predação, contrastando com a proposta dos estudos Aruak mencionados, que trabalham a abertura a partir dos idiomas da generosidade e confiança. Essa foi (ou é) uma divergência importante, que acabou por produzir um denso e intenso debate entre os autores dessas respectivas abordagens e cujas controvérsias produziram momentos de tensão no campo disciplinar, que, inclusive, remetem à discussão sobre certa definição de história evocada anteriormente e ao embate entre trabalhos alinhados ao estruturalismo de Lévi-Strauss e trabalhos críticos a esta linha. Não reproduziremos as minúcias desse debate, pois isso desviaria o foco de nossa proposta, mas tratamos de evidenciá-lo para afirmarmos que as controvérsias foram um importante combustível para impulsionar ainda mais as pesquisas sobre os sistemas regionais. Uma das interessantes consequências desses debates mais recentes parece ter sido a emergência dos Aruak como oponentes centrais, na compreensão das sociocosmologias ameríndias, dos Tupi já alçados a protagonistas de certo modelo teórico desde Clastres e, depois, Viveiros de Castro; e

isso às expensas, sobretudo, dos Jê-Bororo, que perderam algo de sua proeminência nos debates — mesmo após a extensa síntese de materiais disponíveis efetuada por Coelho de Souza (2002).

Houve um grupo de pesquisadores⁵ em torno do projeto “Transformações indígenas: os regimes de subjetivação ameríndios à prova da história”, coordenado por Viveiros de Castro em 2003, que se dedicou a pensar a formação dos sistemas regionais a partir e através da abordagem que privilegiava o idioma da guerra e da predação e desenvolveu os conceitos (entre outros) de perspectivismo e afinidade potencial. Em vez de buscar os contornos nítidos de onde se encontram as fronteiras dos sistemas sociais regionais, esse grupo procurou focar nas transformações possíveis entre os limites a partir da noção de afinidade, tornando-a um operador cosmológico central e fundante do *socius*. Como Hugh-Jones (2013) postula, a noção adquire “um valor transcendental de afinidade sem afins” que regula as relações sociais com as alteridades distantes, incluídas aí as relações com os muitos seres não humanos (Århem, 1996; Descola, 1994; Viveiros de Castro, 1992; Fausto, 2001; Lima, 2005). Com isso, a predação, a guerra e a afinidade deixam de ser uma ameaça para a sociedade e adquirem um valor positivo na constituição do *socius* ameríndio.

Desse modo, os sistemas sociais regionais passam a ser definidos como redes policêntricas transitórias que se organizam por um regime contrátil de alianças, que ora se expande, ora se contrai em alternância e que funciona predominantemente por meio do

idioma da predação e da afinidade. Esses avanços teóricos foram fundamentais na crítica às abordagens cujo modelo de sociedade ameríndia era o de sociedades atomistas, fragmentadas, para as quais o exterior (a alteridade) era uma ameaça ao *socius*, sempre independentes e fechadas sobre si mesmas, em luta perpétua contra as forças antissociais do cosmos.

Nessa mesma direção crítica, outro grupo de pesquisa se formou na mesma época num projeto no Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) da Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação de Dominique Gallois e Lux Vidal. O projeto, intitulado “Sociedades indígenas e suas Fronteiras na região Sudeste das Guianas”, resultou na publicação, em 2005, da coletânea “Redes de relações nas Guianas”, organizada por Gallois. Resultaram num estudo comparativo robusto de uma determinada região sem, no entanto, delimitá-la *a priori* — conforme estabelecido nas discussões sobre a clássica “área cultural guianesa” ou “Circum-Roraima” (Rivière, 1984; Howard, 1993; 2001; Farage, 1991; Farage; Santilli, 1992), mas já incluindo seus extremos, por assim dizer, o conjunto Yanomami, a Oeste, e os Wajãpi e povos do Uaçá (Amapá), a Leste. O resultado foi uma imagem das sociedades guianenses, segundo os autores, distinta daquela que havia se consolidado até então: a de microsociedades atomizadas, retraídas e xenófobas, cultivando, em alto grau, a endogamia, a autonomia e a recusa do exterior (cf. Rivière, 1984).

As pesquisas reunidas na coletânea (Gallois, 2005) demonstraram que, para além

5 O projeto foi desenvolvido pelo Núcleo de Transformações Indígenas (NuTI) no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a coordenação de Viveiros de Castro, e tinha como membros Tânia Stolze Lima, Oscar Calávia, Carlos Fausto, Aparecida Vilaça, Marcela Coelho, Bruna Franchetto, Geraldo Andreollo, Márnio Teixeira-Pinto, César Gordon e Cristiane Lasmar.

das relações de trocas mais localizáveis, esse conjunto de sociedades possuía uma intensa rede de relações que se estendia para além desses agrupamentos parciais. Abordada desse ponto de vista, a região aparece, então, como um sistema regional formado por conjuntos multiétnicos e linguísticos que se relacionam por trocas matrimoniais, rituais e de bens, e não como um sistema de “fechamento ao outro”.

Uma das contribuições desses pesquisadores foi insistir na importância da investigação e da reflexão sobre as interações regionais na América do Sul para se lograr compreender os princípios das organizações sociais. O que se verifica, também, é a extrema dificuldade de operar com categorias como as de etnia e tribo para se pensar a tessitura social nas Guianas. Com isso, mesmo contextos sociais regionais que classicamente se mostraram, a princípio, mais fechados e centrípetos, acabaram se revelando também movidos por forças centrífugas e tendentes à abertura, o que pode caracterizar os (macro) sistemas regionais. Como alternativa aos critérios rígidos de unidade, foi proposta a noção de rede como um valor heurístico para designar um agregado de relações sociais que se transforma à medida que se atualiza, historicamente contraindo-se ou expandindo-se. Esta noção de rede, cuja cotação cresceu, nos últimos anos, devido a várias novas propostas teórico-metodológicas nas ciências sociais em geral, tendo, como seu grande expoente contemporâneo, Bruno Latour, deve ser tomada como a grande contribuição do trabalho deste grupo da USP, uma vez que sua caracterização do sistema regional guianense, que se levanta contra Peter Rivière, foi duramente criticada por ele. Rivière (re) afirma que “a Guiana é uma entidade puramente artificial, isolada para propósitos analíticos, e que é clara e distintamente reconhe-

cível como parte de uma cultura mais vasta das Terras Baixas Sul-Americanas” (Rivière *et al.*, 2007, p. 252). O mesmo autor, resenhando a coletânea e recusando a imagem que esta veicula de suas pesquisas, insurge-se contra a ideia de um “tipo ideal guianense”, asseverando que, se ele existe, “é a imagem ideal que os próprios povos da Guiana mantêm” (Rivière *et al.*, 2007, p. 252). Com isso, Rivière coloca um ponto importante que, de certo modo, traz à tona preocupações correntes na discussão sobre os sistemas sociais ameríndios: onde buscar e situar a definição desses sistemas? Dentro ou fora deles? Em certo sentido, ele faz, aqui, eco à crítica de Lévi-Strauss aos trabalhos da História Indígena aludidos anteriormente, porém a questão ainda não nos parece resolvida, ainda que a natureza das articulações entre “interior” e “exterior”, ou entre as noções indígenas e as ferramentas antropológicas, venha se tornando cada vez mais complexa.

Outro importante debate sobre sistemas regionais advém de trabalhos realizados na região do Alto Xingu, talvez o sistema regional mais bem conhecido nas Terras Baixas, desde o trabalho pioneiro do etnólogo alemão Karl von den Steinen (Lévi-Strauss, 1948c; Coelho, 1993). O Alto Xingu se configura como uma região de intercâmbio estreito entre povos de quatro famílias linguísticas e de uma língua isolada, incluindo cerimonial, comércio de produtos especializados e casamentos (Agostinho, 1974; Bastos, 1995; Franchetto; Heckenberger, 2001). Mais recentemente, mostrou-se que o Alto Xingu foi formado a partir de uma matriz inicial Aruak, seguida dos povos Karib e de conexões com grupos periféricos chegados posteriormente, como os Tupi e Gê (Heckenberger, 2005), mas que o sistema também esteve aberto a relações — sobretudo conflitivas, mas não só — com grupos mais distantes ou periféricos, como,

por exemplo, os Ikpeng (Menget, 2001). Estudos recentes também sugerem a existência de “redes de relações sociais, econômicas, identitárias, cerimoniais, visuais e políticas” no Brasil central, formadas, majoritariamente, por povos de língua Macro-Jê (Demarchi; Morais, 2016), e sepultando de uma vez as tradicionais teses do fechamento centrípeto dos grupos Jê (Coelho de Souza, 2002), que produziriam suas socialidades por meio da proliferação de diferenças internas, ou seja, sem nenhuma dependência do mundo exterior.

Além disso, vários autores têm sustentado a existência de um extenso bloco de povos Aruak meridionais que conectava, rumo ao Oeste, o Alto Xingu com os Paresi e com os Llanos de Mojos (na Bolívia), e mesmo com os grupos Aruak mais ao Sul, como os Guaná e Chané, e ao Norte com os Apuriná (Heckenberger, 2002, 2005; Eriksen, 2011). Esta conexão deve ter sido histórica, porém se verificou também uma associação referente a práticas sociais e culturais, como a dependência da pesca e dos peixes (Nahum-Claudel, 2018), o que pode vincular a região também ao ARN e aos povos que ocupavam, no passado, a calha do Amazonas, todos mais focados na utilização de recursos aquáticos e das formas de organização política. Neste último caso, os trabalhos de Heckenberger (2005) e Guerreiro Jr. (2011, 2015, 2016), entre outros, vêm produzindo uma imagem mais precisa da natureza interna do sistema regional alto-xinguano, na qual as hierarquias e a centralização políticas estão em alta, o que produz certo impacto no modo como outros sistemas de trocas têm sido analisados.

Diversos intercâmbios espalhados pelo continente são mais restritos, por assim dizer, provavelmente porque foram menos investigados e conhecidos, embora existam

estudos detalhados de alguns deles. Este é o caso, por exemplo, dos grupos no chamado Piemonte andino, ou Montaña peruana, que se espalham pelos contrafortes dos Andes até o Sudoeste da Amazônia brasileira. Este sistema regional é muito bem caracterizado na sua porção ocidental (Lathrap, 1970; Taylor, 1992; Santos-Granero, 1992), incluindo o mencionado conjunto Aruak subandino. Porém, pesquisas exploram cada vez mais as conexões entre um conjunto diverso de coletivos plurilinguísticos, embora dominado pelas famílias Pano e Aruak, que desenvolvia e, em certos casos, ainda desenvolve relações estreitas, muitas delas entre povos de filiações linguísticas distintas (Gonçalves, 1991; Erikson, 1992; 1993; Gow, 1991; 1993; Calavia Sáez, 2000) nas bacias dos rios Ucayali, Juruá e Purus. Mais recentemente, ao complexo Pano-Aruak desta região vêm sendo adicionados, no lado brasileiro da fronteira, os povos de língua Katukina, os quais possuem antigos contatos com os grupos Pano e Arawa, conformando um “sistema regional do Juruá” (Costa, 2017, p. 201-210). Ainda, esses grupos de língua Arawá, cuja morfologia social, cosmologia, redes de relações e percursos históricos comuns autorizam, a nosso ver, a constituição de um sistema regional no rio Purus, o das “redes Arawa” (Santos, 2011; Santos; Aparício, 2016). Para o Norte, este sistema se conecta com os povos no Alto Solimões, marcado por relações intensas e antigas entre grupos de várias famílias linguísticas, como Tikuna, Pano e Peba-Yagua (Chaumeil, 1985; Santos-Granero; Barclay, 1994), mas bastante dinamizado pela presença de povos Tupi, como os Omágua (Eriksen, 2011). Ainda mais ao Norte, ele se conecta com os povos Bora-Miraña e Witoto na região do Caquetá, extremamente conectados entre si (Faulhaber, 1987a; 1987b; 1998; Whiffen, 2019), e às

outras *gentes de centro* (Micarelli, 2009; Londoño-Sulkin, 2012), e chegando, finalmente, ao sistema regional altonegrino, com falantes de línguas Tukano oriental, Aruak e Naduhup, ocupando a zona noroeste amazônica nas fronteiras entre o Brasil, a Colômbia e a Venezuela.

Pode-se notar que, por definição, os estudos apontam para sistemas regionais abertos e profusamente conectados em todas as direções: poderíamos continuar a cadeia de contatos indefinidamente — comerciais, matrimoniais, cerimoniais, militares — entre as regiões até abarcar todo o continente, nunca sendo ocupados, ao que parece, por unidades sociais isoladas e fechadas. Mas os leitores certamente não deixaram de notar a ausência, aqui, de outro dos mais conhecidos e bem estudados sistemas regionais nas Terras Baixas: o ARN. Ele será objeto da seção seguinte, porque nosso objetivo é compará-lo com outro sistema regional “emergente”, por assim dizer: o Alto Madeira/Guaporé ou Grande Rondônia. O sistema regional altonegrino constitui, como se sabe, um *locus classicus* da discussão acerca dos sistemas regionais ameríndios tanto no que tange às suas dimensões internas, quanto no que se refere às suas amplas conexões com regiões vizinhas e povos fronteiriços, formando redes cuja extensão parece-nos cada vez maior e mais notável. Além disso, as redes de troca no ARN são constituídas por grupos Aruak, e sua importância neste cenário pluriétnico e multilinguístico vem sendo notada há tempos.

Ademais, o rendimento das análises comparativas entre sistemas tem sido desenvolvido no que toca ao ARN e o Alto Xingu (Andrello; Guerreiro Jr.; Hugh-Jones, 2015). O outro sistema regional, que sugerimos denominar de sistema regional do Alto Madeira, ou Grande Rondônia (Vander

Velden, 2010), ainda carece de estudos mais aprofundados que sustentem a integração de suas unidades socioculturais nos moldes do que foi proposto para os sistemas regionais discutidos. Conforme sugere Melatti (2019, p. 7), as áreas etnográficas propostas “não são todas igualmente convincentes”, e apenas “[a]lgumas como que se impõem imediatamente”. Além disso, ali não há grupos de língua Aruak, no coração da área, embora existam em suas margens, e tudo indica que devem ter se vinculado a ela no passado. Esperamos demonstrar, entretanto, que possam ser detectados contatos e influências mútuas, formando uma área cultural com características sistêmicas e, claro, aberta em múltiplas direções.

Essa distinção tem impacto no estilo de debate que cada sistema regional suscita. Enquanto no ARN a questão dos limites do sistema regional é bem assentada e o debate se concentra na discussão em torno do parentesco e da definição das unidades sociais, na região do Alto Madeira/Guaporé ou Grande Rondônia, a discussão gira em torno da definição dos limites do sistema regional — ou, dito de outra forma, de sua própria definição —, ainda que o problema das unidades sociais permeie o debate, assim como a imagem de uma integração contínua entre conjuntos populacionais e (sub)sistemas regionais simultaneamente adjacentes. Não obstante, a hipótese é que mesmo sistemas regionais aparentemente tão distintos podem ser comparados se adotarmos uma forma mais aberta de olhar e descrever sistemas regionais que não seja tão restritiva quanto à necessidade de definir fronteiras étnicas e linguísticas (como no caso do ARN ou Alto Xingu). As redes de trocas e intercâmbios de diversas naturezas (como nas Guianas) sustentam a ideia expandida e abrangente de sistemas regionais.

Este é um ponto importante aqui, pois esse deslocamento de foco possibilita, por um lado, que o sistema regional do ARN (assim como todos os demais) possa ser comparável a outros sistemas, já que não é mais necessário tratar a comparação somente da perspectiva da estrutura do parentesco — a existência de hierarquia, ancestralidade, clãs e fratrias. Por outro lado, a região do Alto Madeira-Guaporé pode ser abordada como um sistema regional, na medida em que é possível traçar uma rede de intercâmbios ao longo dessa área que não necessariamente se estabeleça pela troca matrimonial, como se observará em detalhes mais adiante.

Alto Rio Negro

Começamos por um dos mais conhecidos e bem estudados sistemas regionais nas terras baixas sul-americanas, o assim chamado ARN. Ainda que desde muito cedo, pelo menos a partir do trabalho de Koch-Grünberg (2005) no início do século XX, tenha sido possível isolar as unidades sociais que compõem esse sistema — noções de tribo, fratria, clã, sib e linhagem não tiveram tanta dificuldade de serem aplicadas e, efetivamente, o foram, à revelia da forte crítica americanista empreendida aos modelos africanistas —, a questão dos seus limites nunca deixou de ser colocada, a ponto de Christine Hugh-Jones afirmar que se tratava de uma rede aberta e ilimitada formada por grupos, cuja característica principal é a falta de delimitação (Hugh-Jones, 1979, p. 15). É esse caráter de sistema aberto que nos interessa destacar e que corrobora com a proposta deste artigo de enfatizar as conexões entre sistemas, muito mais do que o arcabouço interno dos mesmos — ainda que, obviamente, numa rediscussão dos termos da dualidade entre interior e exterior,

ambos só possam ser separados por razões analíticas.

O sistema de integração multiétnica e multilinguística geralmente inclui a região dos formadores e afluentes do rio Negro, importante tributário do Amazonas, na divisa entre o extremo Noroeste do Brasil (estado do Amazonas), a Colômbia e o Sul da Venezuela. Tradicionalmente, a área é ocupada por grupos de língua Tukano Oriental e Aruak, que se distribuem pelas calhas dos grandes rios e pelas comunidades de línguas Naduhup e Kakua-Nukak, nas zonas de interflúvio, embora existam registros de grupos falantes de línguas de outras famílias na região ou de contatos entre os povos rio-negrinos e conjuntos étnicos vizinhos, como Karib (Halbmayer, 2013, p. 67-72; Schindler, 2019), Bora e Witoto (Whiffen, 2019), Yanomami (Nimuendajú, 1955; Ramos, 1980; Albert, 1985; Gallois, 2005; Sarmiento, 2018; Goulart, 2020), entre outros. Atualmente, existem 29 etnias na região (Sarmiento, 2019), mas é difícil precisar esse número no passado, dada a proliferação de etnônimos e os problemas relacionados à definição das unidades étnico-sociais relevantes (Brüzzzi, 1962; Wright, 2005).

A literatura etnográfica sobre o sistema regional ao longo do tempo acabou por consolidar, não sem discordâncias, a partir do critério linguístico, três grandes conjuntos de povos: Tukano Oriental, Aruak e Maku. A família linguística Tukano oriental é a mais numerosa e diversa, sendo composta (no lado brasileiro) por Cubeo, Desana, Tukano, Miriti-Tapuia, Tuyuka, Wanano, Bará, Arapasso, Karapanã, Pira-Tapuia, Siriano e Makuna. Essas populações se concentram principalmente nos rios Uaupés e Tiquié. A família Maku, atualmente designada Naduhup, é composta por Hupdah, Yuhupdeh, Nadöb e Dow. Os dois primeiros se

concentram na calha do Tiquié, os Nadöb no médio Rio Negro, e os Dow ficam de frente à sede do município de São Gabriel da Cachoeira. A família Aruak, por sua vez, é formada por Baniwa, Warekena, Tariano, Kuripako e Baré e se concentra nas bacias dos rios Negro, Içana e Xié. A distribuição delineada corresponde às áreas de concentração de cada povo, porém, devido ao trânsito constante de pessoas ao longo da drenagem do rio Negro, é possível encontrar membros desses povos espalhados por toda a região (ISA; FOIRN, 1998; Wright, 2005; Epps; Stenzel, 2013). Essa circulação de pessoas e sua diversidade cultural são características fundamentais desta área.

Ainda que a região do ARN seja classicamente caracterizada como um sistema social integrado composto por redes de trocas matrimoniais, rituais e de bens, a questão dos limites das unidades sociais sempre se mostrou espinhosa e causou dificuldades para os estudiosos da região. Como veremos, a definição das fronteiras da unidade social tem grande variação de acordo com o trabalho e a época. Não será o caso, aqui, de estabelecer algum critério seguro quanto aos contornos do sistema — na verdade, uma das intenções desta recensão é, justamente, mostrar como os limites são arbitrários. O ponto que aparece como incontestado, entretanto, diz respeito à existência de um vasto circuito de trocas que envolvem diversidades multiétnica e multilinguística de grupos que vão para além das fronteiras geralmente atribuídas ao sistema regional altonegrino.

Desde os primeiros registros sobre a região, ainda no século XVI, nota-se a existência de uma expressiva diversidade cultural e linguística (Acuña, 1994; Carvajal, 2011), aspecto que continuou sendo destacado ao longo dos séculos seguintes, com a paulatina ocupação colonial, que começou a se inten-

sificar a partir do século XVIII, período em que se realizaram as expedições de Sampaio (1985) e Ferreira (1983). Em 1786, Barcelos tornou-se o centro da província amazônica e chegou a contar com 3.000 habitantes e a desenvolver as indústrias de têxteis, algodão, café, cacau e outras. A demanda por mão de obra indígena e produtos da floresta levou ao estabelecimento de descimentos e uma crescente onda de aldeamentos (Hemming, 1978; Moreira Neto, 1988; Farage, 1991; Santos, 1999; Wright, 2005; Carvalho Jr., 2017, e muitos outros). Enquanto muitos grupos evadiram-se para as cabeceiras dos rios, outros estreitaram suas alianças com os agentes coloniais.

No início do século XIX, contudo, Barcelos deixou de ser a capital da província e sofreu um forte êxodo populacional. Com a diminuição da pressão por mão de obra e o rareamento populacional, os povos indígenas que haviam se deslocado para as cabeceiras dos rios voltaram, pouco a pouco, a ocupar as margens dos grandes cursos d'água. Porém, engana-se pensar que esse retorno significou um período de tranquilidade para os índios na zona, já que a área continuou sendo explorada por comerciantes que se abasteciam de produtos como piaçaba, farinha de mandioca, salsaparrilha, peixe seco e peles de onça, em troca de roupas, machados, facas, espingardas, dentre outras mercadorias (Andrello, 2016; Wright, 1992; 2005; Meira, 2005; 2018; Sarmiento, 2019).

Até o século XIX, a maior parte dos registros sobre a região eram realizados por agentes coloniais e comerciantes que procuravam controlá-la econômica e politicamente. Embora contenham informações sobre a diversidade de grupos que ocupavam este amplo território, os dados não trazem grandes detalhes etnográficos sobre o modo de vida desses mesmos grupos. Em

meados do século XIX, começa a se esboçar a caracterização da região como um sistema social integrado, com os escritos de vários viajantes que passaram por ali (Humboldt, 1852; Coudreau, 1886; Spruce, 1908; Wallace, 1979; Stradelli, 2009) e que tinham interesse de catalogar não só a fauna e a flora, mas também as línguas e os costumes dos povos.

É a partir do trabalho de Koch-Grünberg, realizado na virada para o século XX, que o sistema regional adquire contornos mais definidos. Durante mais de uma década, o etnógrafo alemão percorreu não só uma vasta área da bacia do Rio Negro, como também da bacia do Orinoco, o que o levou a conjecturar que os grupos indígenas no Orinoco, no Rio Negro, no Japurá e no sopé dos Andes mantinham relações de troca antes mesmo da chegada dos agentes coloniais (Koch-Grünberg, 2005). Além disso, as festas de Jurupari, que envolvem o uso de flautas e trompetes, era uma prática muito difundida pela região do ARN (cf. Hill, 2002; 2011; Chaumeil, 1997). Do mesmo modo, foram descritos a cultura material e o quanto objetos análogos eram encontrados em uma vasta área. Ficou consolidado ainda que o sistema regional era formado por três grandes famílias linguísticas: Aruak, Tukano Oriental e Maku. Koch-Grünberg aventou a hipótese de que os primeiros habitantes da região seriam os grupos Maku, povos nômades, caçadores e coletores, seguidos por grupos Aruak e, posteriormente, Tukano Orientais, esses últimos povos sedentários, pescadores e horticultores. O etnógrafo alemão foi seguido por Nimuendajú (1955), quando este fez sua viagem de reconhecimento pela região em 1927. Entretanto, essa questão nunca alcançou o consenso, e outras hipóteses foram aventadas, como veremos mais adiante.

Ao longo da primeira metade do século XX, seguiu-se uma série de trabalhos de cunho mais etnográfico que ajudaram a consolidar a região como uma subárea da floresta tropical, como se pode constatar no HSAI (Goldman, 1948). Como postulado por Sorensen (1967), o ARN passou a ser bem caracterizado como área cultural homogênea a partir dos trabalhos de Steward (1946; 1959), Nimuendajú (1955), Goldman (1948), Steward e Faron (1959) e, por fim, Galvão (1979).

Entre esses trabalhos destacamos o de Goldman (1963), pois é aquele que não se preocupou somente em entender a formação histórica do sistema regional, mas também passou a ter a investigação da dinâmica das relações sociais que integram o sistema como um de seus focos. Com isso, a partir dessa época e até meados da década de 1980, a maior parte da produção sobre a região dedicou-se ao debate em torno do parentesco como a chave para entender a dinâmica do sistema (Sorensen, 1967; Reichel-Dolmatoff, 1968; Bidou, 1976; Hugh-Jones, C., 1979; Hugh-Jones, S., 1979; Reid, 1979; Silverwood-Cope, 1990; Wright, 1981; Århem, 1981; Chernela, 1983; Jackson, 1983; Hill, 1983; Pozzobon, 1983); mais especificamente, procurou-se definir quais são as unidades sociais que o integram. Ganha relevância, nesse contexto, a noção de descendência, que passa a ser diferenciada conforme suas dimensões de abrangência e definida a partir de categorias como sib/clã, fratria e tribo. A aplicação dessas categorias para definir os segmentos de grupos sempre gerou grandes dificuldades e diferentes concepções, assim como a definição das fronteiras geográficas do sistema. Um breve, mas minucioso, excursão analítico será necessário, na sequência, para iluminar os problemas dos limites e das definições ét-

nicas e sociológicas no ARN — questão relevante neste artigo.

No ARN, o termo “tribo” foi usado para designar as unidades de maior inclusão no sistema. Por exemplo, para Goldman (1963), em seu estudo sobre os Cubeo, a tribo é formada por três fratrias que trocam cônjuges entre si e falam a mesma língua; já para Sorensen (1967), a tribo é formada por uma única fratria, no seio da qual não se trocam cônjuges e falam a mesma língua. Essas duas definições têm desdobramentos distintos quanto ao entendimento da relação com outros segmentos de descendência — linhagem, sib ou fratria. Embora ambas afirmem que a fratria se constitui a partir de um conjunto de sibs que se relacionam agnaticamente e que, portanto, não se casam, há divergências significativas em relação à questão dos limites dos agrupamentos. Sorensen (1967) estabeleceu uma equivalência entre tribo, fratria e língua, a qual conjuga a exogamia sociológica com a unidade linguística, além de afirmar que são categorias nominadas e hierarquizadas entre si. Goldman (1963), por outro lado, não observou uma correspondência entre unidades frátrica e linguística, e afirma que não são categorias nominadas e hierarquizadas entre si. A divergência entre os autores é minimizada em trabalho posterior de Goldman (2004), que reconsidera parte de seu entendimento em relação à fratria e afirma que são categorias nominadas e internamente hierarquizadas. Segundo este autor, a mudança se deveu ao fato de que, em seu primeiro estudo, a etnografia foi realizada junto a grupos de baixa hierarquia, os quais procuravam minimizar as assimetrias, ao passo que, no segundo estudo, esteve junto a grupos de alta hierarquia, que procuravam afirmar as assimetrias. Entre um estudo e outro, o que se mantém é a não correspondência entre os limites tribais

e linguísticos devido ao fato de os Cubeo se casarem com grupos que falam a mesma língua. Podemos inferir que a tribo Cubeo é definida como uma federação de fratrias que se ligam por uma história de origem comum, mas cujas relações se desdobram em relações de germanidade ou cunhadismo. As federações são constituídas por conjuntos frátricos que se formam pela história do surgimento de uma geração de irmãos em determinado território, os quais se diferenciam segundo um princípio de senioridade, estabelecendo-se, então, uma ordem hierárquica.

O ambiente de exogamia linguística detectado por Sorensen em seu trabalho etnográfico conduz a um entendimento um pouco distinto da relação entre as ordens tribal e frátrica. O autor restringe a definição de fratria somente àqueles grupos que se reconhecem pela história de surgimento de uma geração de irmãos em determinado território e que falam a mesma língua. Com isso, faz coincidir a unidade tribal e a frátrica e coloca um problema para a funcionalidade dessas categorias de abrangência. Um dos efeitos disso é que se produzem perspectivas diferentes do que parece estar se replicando em diversos níveis. Enquanto Goldman observa conjuntos que se relacionam tanto agnaticamente quanto por afinidade desde o nível das relações interfrátricas, Sorensen afirma que essa composição se dá somente no nível das relações intertribais. Neste nível, o conjunto de tribos que se relacionam por agnatismo não se reúnem em torno de um nome, ao contrário do nível frátrico, no qual o conjunto é nominado. Jackson (1983), embora siga Sorensen quanto ao critério linguístico, propõe outra diferenciação em relação às categorias de abrangência: ao invés da ordem tribo, fratria e sib, prefere a ordem fratria, agregado-linguístico e sib. Embora não entenda a fratria como Goldman, já que

a supõe sendo formada por diferentes grupos linguísticos, também afirma que é não nominada e a ordenação hierárquica é mais variável na medida em que é mais passível de contestação. Christine Hugh-Jones (1979, p. 21) também entende que a fratria não é nominada e que, nesse nível, encontramos uma hierarquia enfraquecida entre os grupos que a compõem. No entanto, diferentemente de Jackson, no lugar de agregado linguístico, a autora propõe dois outros termos: “grupo exogâmico composto” e “grupo exogâmico simples” (Hugh-Jones C., 1979, p. 15). Neste modelo, a fratria equivale ao grupo exogâmico composto. O enfraquecimento da hierarquia e a ausência de nomeação no nível fraterno são observados também por muitos outros autores, tais como Chernela (1983), Århem (1981), Bidou (1976) e Journet (1988).

Se, por um lado, a maior parte dos trabalhos afirmam uma distensão da hierarquia no nível fraterno, por outro, mostram que o princípio de senioridade ordenando o seriamento hierárquico continua não só operante nesses níveis, como também apresenta desdobramentos. O trabalho de Chernela (1983), que segue a distinção de Jackson, traz uma contribuição importante a esse respeito, pois é o primeiro a evidenciar com clareza um desdobramento do princípio de senioridade no nível fraterno, o qual não se limita à relação irmão maior/irmão menor e chefe/escravo. A autora observou que, entre essas unidades de descendência, são usados três termos de parentesco masculinos que indicam uma gradação, do maior ao menor: neto, tio, avô (cf. Andrello, 2006). Esses termos são definidos como classes de geração e servem para marcar uma posição na armação hierárquica tanto no nível interfraterno como no intrafraterno. Christine Hugh-Jones (1979) também estabelece outro des-

dobramento do seriamento hierárquico que opera na relação entre os sibs, que compõe um grupo exogâmico simples e diz respeito à atribuição de especialidades a essas unidades. Idealmente, um grupo exogâmico simples é composto por cinco sibs especializados (chefes, xamãs, cantores, guerreiros e servidores), cujo eixo é orientado pelo princípio de senioridade (Hugh-Jones C., 1979, p. 19-20). Dado o caráter complementar das especialidades, elas conformam, em seu conjunto, uma unidade funcional: um grupo exogâmico composto é formado por, pelo menos, duas dessas unidades. Embora a especialização dos sibs seja algo destacado por vários autores, nem mesmo Christine Hugh-Jones pôde observar a existência de um grupo exogâmico simples completo ocupando um mesmo território. O que parece incontestável são a fama de alguns sibs/clãs como especialistas de uma dessas cinco funções e a posição hierárquica atribuída a cada especialidade.

De maneira homóloga à fratria, os sibs são segmentos que se reconhecem a partir e pela história da origem de um ancestral — da linha de descendência patri — em determinado território e que fazem parte de um grupo de germanos que se distinguem pelo princípio de senioridade. O nome do ancestral não só confere o nome do sib, como, concomitantemente, expressa a posição no seriamento hierárquico em seus diversos desdobramentos: chefe/escravo, primogênito/caçula, neto/tio/avô, chefes/xamãs/cantores/guerreiros/servidores. O seriamento hierárquico se mostra mais rígido neste nível, pois a linha genealógica que conecta os descendentes a um ancestral comum por meio de um conjunto de nomes é mais detalhada. É nesse sentido que sib/clã é tomado como a unidade de descendência que apresenta os contornos mais bem definidos e, por conse-

guinte, é entendido como o segmento básico da estrutura social no ARN.

A maior estabilidade do sib/clã em relação às outras unidades de descendência não se resume somente à maior correspondência entre a linha genealógica “biológica” e aquela traçada pelas pessoas em relação a um ancestral comum, mas também aí reside um efeito pragmático quanto às posições hierárquicas. Portanto, a diferenciação entre as posições tem um impacto concreto, por exemplo, na relação que se estabelece entre os sib/clã e o território. As histórias das gerações ancestrais que compõem o estoque de um sib/clã são de trajetórias de movimentos no tempo e espaço que estabelecem um vínculo inextricável com o ambiente em que se sucederam tais histórias. Alguns autores, como Chernela (1983), afirmam que áreas à jusante dos grandes rios são ocupadas por sibs/clãs tidos como irmão maiores e aquelas à montante por sib são tidas como irmãos menores. Também é argumentado que os sib/clãs de maior prestígio ocupam áreas em que se encontram recursos naturais mais abundantes e, portanto, teriam uma vantagem em relação aos sib/clãs de menor prestígio, que enfrentariam maior escassez.

Conquanto seja inegável que, nesse nível dos sibs/clãs, os limites de uma possível unidade social se mostrem mais definidos do que em outros níveis de abrangência ou inclusividade, isso não significa que sejam completamente estáveis e nem que os maiores estão, necessariamente, à jusante e nas áreas de maior riqueza de recursos. Há muitos casos relatados de sibs/clãs que se separaram ou se juntaram ou, ainda, desapareceram e que complicam o esquema, sugerindo a necessidade de investigações mais detalhadas sobre a estrutura interna das organizações sociais regionais, nos modos como estas se articulam na extensa rede de “grupos” em

contato, tanto “dentro” como “fora” — estas distinções são sempre precárias — do sistema regional do ARN.

A análise desses casos, a nosso ver, vem corroborar com a definição de que os grupos na região do ARN são marcados por constantes processos de fissão, fusão e desaparecimento, como pontuam vários trabalhos dos mais antigos até os atuais (Goldman, 1963; Bidou, 1972; 1976; Hugh-Jones, C., 1979; Reid, 1979; Århem, 1981; Jackson, 1983; Pozzobon, 1983; Athias, 1995; Hugh-Jones, 1995; Wright, 1998; Lasmar, 2005; Andreillo, 2006; 2015; 2016; Cabalzar, 2008; Maia, 2009; Lolli, 2010; Ramos, 2013; Chacon; Cayón, 2013; Marques, 2015). Talvez resida, nisso, a mencionada proliferação de etnônimos que se registra nesta porção da Amazônia, assim como a abertura do sistema regional rio-negrino para regiões, grupos ou conjuntos étnicos vizinhos.

Esses movimentos conferem uma característica recorrentemente presente em praticamente todas as etnografias disponíveis sobre os povos do ARN, que acabou por consolidar dois modelos de estruturas sociais (um fechado, rígido, hierárquico e outro aberto e igualitário, fluido), que se relacionam de forma complementar no sistema regional e cuja polarização se expressa respectivamente em dois grandes rituais: o ritual de iniciação masculina, conhecido em língua geral (Nheengatu) como Jurupari (Tí, He, Miria Porá, Kwai e outros, nos vernáculos locais), e os rituais de trocas de alimentos e objetos, conhecidos regionalmente como dabucuri.

Como se pode entrever a partir desse modelo sociológico, baseado predominantemente em etnografias de grupos Tukano, mas não só, o sistema regional do ARN apresenta uma série das características atribuídas também aos grupos Aruak (à “matriz Aruak”),

conforme exposto. Ainda que estudos etno-históricos e arqueológicos mais recentes sobre os Aruak tenham defendido a tese de que esses grupos têm sua origem nessa região ou nas proximidades e sejam seus moradores mais antigos (Vidal; Zucchi, 1999; Wright, 2005; Neves, 2005; 2011), o que justificaria essas características do sistema altoniegriño, o ponto não é pacífico quanto ao que é próprio dos Aruak e de grupos Tukano e Naduhup. Por outro lado, o que parece não despertar divergência é a anterioridade do sistema regional ao tempo da colonização. Neves (2005, 2012a) defende que os povos Naduhup, Aruak e Tukano ocupam a região há mais de dois mil anos e que é possível aventar a hipótese de que o sistema regional do ARN é estruturalmente homólogo àquele que existia antes da colonização da América. Na mesma direção, os trabalhos de Vidal e Zucchi (1999) e Vidal (1999), baseados em pesquisas com grupos Aruak, indicam que o sistema regional do ARN não é apenas mais antigo do que a empresa colonial, como também era muito mais pungente e vasto, estendendo suas relações à bacia do Orinoco, de um lado, e à bacia do Japurá, de outro. Seriam, nos termos das autoras, “macrossistemas políticos indígenas”, cuja densidade demográfica era consideravelmente superior àquela dos tempos atuais, o que é corroborado por outros trabalhos como o de Wright (1991), Meira (2018) e Sarmiento (2018). Hill e outros (Hill, 2002; 2011; Wright, 2005; Zucchi, 2010), em vários trabalhos, também defendem que, por meio de um conjunto de narrativas e músicas rituais — que descrevem longas viagens por toda a região ao norte do Amazonas —, é possível supor as conexões do ARN por uma vasta área que cobre todo o escudo das Guianas, desde a foz do Amazonas aos contrafortes andinos, bem como o vale do Orinoco e até mesmo as

ilhas de Trinidad e Tobago (Arvelo-Jiménez, 1982; Arvelo-Jiménez; Morales Méndez; Castillo, 1989; Vidal, 1987; 1999; Heinen; García-Castro, 2000; Vidal; Zucchi, 2000; Koch-Grünberg, 2006; Whitehead; Alemán, 2009; Eriksen, 2011, p. 197-198). Os nexos entre o ARN com os trechos médio e baixo do mesmo rio (Herrero; Fernandes, 2015) e com a Amazônia central mais além também estão claros na História Indígena regional (Sweet, 1974; Farage, 1991; Neves, 2001).

Tenha ou não origem Aruak, as características do sistema regional do ARN se estendem pelos outros grupos que o compõem, até mesmo os grupos Naduhup, geralmente excluídos do sistema. Além disso, se admitirmos, como fazem os poucos estudos arqueológicos realizados na região (Neves, 1998; 1999; 2012b; Zucchi, 2002), que esses grupos se relacionam há mais de dois mil anos e que sua característica principal seja a abertura aos outros, fica difícil estabelecer o que é próprio de quem. É também essa longevidade interacional entre grupos que oferece uma impressão de certo fechamento do sistema regional e de limites mais nítidos de suas fronteiras — imagem reforçada ao longo da colonização, na medida em que as trocas realizadas com grupos da bacia do Orinoco praticamente cessaram, sobretudo com a definição das fronteiras dos estados nacionais (no caso, entre Brasil e Venezuela), por conta de o trânsito entre as regiões ter ficado mais restrito e sujeito ao controle estatal.

Hugh-Jones, Andrello e Guerreiro Jr. (2015, p. 701) chamaram a atenção para a necessidade de não reduzir as especificidades do ARN a uma suposta “especificidade ontológica” dos “sistemas Aruak”. Hugh-Jones (2013) propõe seguir Gow (1991, p. 279) em sua proposta de abordar os sistemas regionais da Amazônia por meio de suas transformações topológicas em seu âmbito his-

tórico. A noção de etnogênese aplicada aos estudos em Arqueologia e História Indígena, como vimos, também complica o cenário que busca definições rigidamente estabelecidas de relações entre etnia, língua, unidade sociológica e traços culturais (Hornborg, 2005; Hill, 1996). De todo modo, conforme afirma Lolli (2011, p. 170):

Pensar as coletividades indígenas no rio Negro a partir de uma noção de rede aberta e ilimitada demonstrou ser uma abordagem interessante para enfrentar o problema da formação dos grupos. A ênfase passa a incidir nos processos de formação desses grupos, nos quais conexões estão sendo refeitas, desfeitas e feitas.

Comparativamente, o sistema regional do ARN se coloca a meio caminho dos sociais encontrados nas Terras Altas e Baixas da América do Sul, na medida em que estes apresentam, concomitantemente, estruturas sociais hierárquicas, segmentadas, exogâmicas e complexas, mas não a ponto de se estabelecer o mesmo nível de estratificação e centralização dos Andes ou da Mesoamérica, e outras sociais igualitárias, fluidas e dispersas, também não na mesma intensidade daquelas encontradas na região das Guianas (Viveiros de Castro, 1986a, 1993b). Esses sistemas estariam, nesse sentido, mais próximos aos modelos classicamente chamados de cacicados, chiefdoms ou ainda chefaturas (Perrone-Moisés, 2015). No tocante à cosmologia (sobretudo no que se refere à definição da humanidade), o ARN estaria, assim como o Alto Xingu, distante do “modelo amazônico” (Viveiros de Castro, 1993b; 2002), centrado na predação e alteridade, o que sugere seu relativo “fechamento” quando comparado às sociedades guerreiras do restante da Amazônia.

Assim, o estilo de análise que privilegia a teoria da predação e enfatiza as trocas externas, por meio de canibalismo, guerra, rituais funerários, xamanismo e caça, não parece se aplicar bem à região do ARN (Hugh-Jones, 2013; Andreollo, 2017), já que, ali, as trocas se dão por valores como generosidade, paz e respeito mútuo. Nesse sentido, também se distinguem do estilo que restringe esses valores somente às relações intracomunitárias. Na região, operaria tanto uma troca predatória quanto uma produção pacífica, que se estendem não só às relações intracomunitárias, mas também às intercomunitárias. Isso também é encontrado em outras regiões, como a do Alto Xingu (Hugh-Jones, 2013; Andreollo; Guerreiro Jr.; Hugh-Jones, 2015).

A abertura do sistema para o exterior, tão notada nos estudos Aruak, está intimamente ligada à amplificação das relações interétnicas, que ocorre pela realização de reuniões festivas envolvendo dois ou mais grupos — o dabucuri sendo o protótipo. Em tais ocasiões, não só se efetuam trocas matrimoniais, de objetos e de alimentos, mas, sobretudo, são exibidas performances de danças, cantos, discursos retóricos e instrumentos sonoros; em suma, trocas rituais que engendram um campo intelectual compartilhado sobre o universo. É nesses contextos, ainda, que o doméstico, a comensalidade e as falas cotidianas se juntam e trazem o cotidiano para dentro do evento ritual (Hugh-Jones, 2013).

Nas últimas duas décadas, cada vez mais os trabalhos têm se dedicado a investigar sobretudo os intercâmbios rituais e de bens, em detrimento das trocas matrimoniais, para discutir o funcionamento da dinâmica social que integra essa vasta rede de relações. Isso permitiu dois deslocamentos importantes: as unidades sociais deixaram de ser concebidas como algo dado e suas definições não são mais determinadas, em última instância,

pelas relações de parentesco. O que a discussão tem demonstrado é que as trocas rituais e de bens são tão ou mais importantes para a integração do sistema regional. Com isso, e este constitui o segundo deslocamento, a relação entre anfitrião e convidado, estabelecida como ethos de todas as festas e reuniões realizadas no ARN, adquire grande relevância para o entendimento da dinâmica social. É difícil restringir o compartilhamento desse ethos somente a essa região ou, menos ainda, aos grupos Aruak (cf. Perrone-Moisés, 2015).

Além do complexo do Alto Xingu, Hugh-Jones (2013) chama atenção, por exemplo, para o fato do festival *sari* ou *uارية piaroa* também se enquadrar nesse ethos. Dada a extensão desse complexo, parece difícil sustentar que ele tenha sua origem em grupos Aruak, o que, de certa maneira, reificaria uma ideia de essência identitária: como Andrello, Guerreiro Jr. e Hugh-Jones (2015) propõem, é não pensar os sistemas regionais, no caso o do ARN e do Xingu, como resultados de uma “mera coleção” de povos que existiam antes de estabelecerem relações, mas como o campo interacional por meio do qual as diferenças entre os grupos se constituem — algo semelhante ao assinalado por Hornborg (2005, p. 607), o qual sustenta que as características atuais dos grupos Aruak são antes *produtos* do que causas de sua expansão. Campos interacionais, como se sabe, expandem-se e contraem-se ao sabor da história e das contingências; suas fronteiras são porosas, e seus limites não são estanques.

É nesse sentido que os trabalhos mais recentes sobre o ARN têm se preocupado muito mais com os processos de formação dos grupos e visado especialmente às transformações dos sistemas regionais (Andrello, 2012). Mais recentemente, esse caminho

analítico tem sido levado a cabo por um conjunto de pesquisas realizadas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O problema central é investigar e analisar as dinâmicas de constituição e atualização das unidades sociais que conformam o sistema regional a partir da produção de diferenças entre os grupos. Os trabalhos se dedicaram a revisar a noção de estrutura social e as categorias sociológicas elaboradas por sucessivas gerações de pesquisadores. Um dos principais resultados desse esforço foi a produção de um conjunto de trabalhos que fizeram despontar novos caminhos de investigação e novas questões para o sistema regional do ARN (Andrello, 2015; Scolfaro, 2012; Toledo, 2013; Ferreira, 2014; Junio Felipe, 2018; Rodrigues, 2019).

Alto Madeira, ou Grande Rondônia

À primeira vista, o ARN, definido por extensa bibliografia como um sistema regional que podemos denominar “clássico”, contrasta fortemente com a proposta emergente de descrição do Alto Madeira, ou Grande Rondônia, também como uma rede articulada de relações de escala regional. Isso é, certamente, um efeito do modo como ambas as regiões (assim como as demais áreas do continente) vêm sendo interpretadas pela etnografia e história indígenas. Nosso objetivo é avançar a proposição, fundamentada em ampla literatura, de que o foco em relações multidimensionais e multitemporais encontra intensas e extensas conexões entre unidades sociais que podem ser delimitadas, ao menos para fins analíticos ou políticos, somente por meio de suas interações. Na região do Alto Madeira/Grande Rondônia, fica patente que a quantidade e a qualidade dos estudos (inclusive comparativos) das organizações sociais em suas dinâmicas “inter-

nas” contrastam fortemente com o panorama do ARN, descrito na seção anterior. Não obstante, tencionamos demonstrar o que a ênfase nas conexões “externas” pode produzir em termos da análise de redes de relações de escopo regional — mesmo que, com o tempo e novas investigações etnográficas, este cenário tenda a alterar-se, talvez sensivelmente. A região do Sudoeste da Amazônia brasileira, território compreendido entre os formadores dos rios Tapajós (a Leste) e Madre de Deus (a Oeste), o Médio e Alto Madeira (ao Norte) e o Guaporé (ao Sul), constitui a zona que poderíamos denominar “Grande Rondônia” (Vander Velden, 2010). Esta área engloba o estado de Rondônia, o Noroeste do Mato Grosso, o Sudeste de Amazonas e ainda o Nordeste do assim chamado Oriente boliviano — ou seja, grosso modo, a área drenada pela bacia do Alto Rio Madeira e seus principais formadores – Mamoré, Guaporé e Beni — e afluentes. Esta delimitação “emergente”, por assim dizer, contrasta com outras propostas de definição das áreas etnográficas ou culturais nesta região do Brasil (Lévi-Strauss, 1948a; Galvão, 1979; Schettino, 2003; ISA, 2006; Melatti, 2019), porém a informação disponível e o deslocamento nos modos de sua análise que orienta este texto sugerem fortes conexões histórico-culturais entre os grupos nesta zona — isto é, se levamos em conta, na investigação das redes de relações ameríndias, não apenas o passado, mas também os fluxos e percursos que têm origem no período colonial e chegam até os dias de hoje. Trata-se de uma área com “[e]xtraordinária diversidade de línguas, com uma concentração de pequenas famílias linguísticas e de línguas isoladas” (Eriksen, 2011, p. 70, tradução nossa; ver também Crevels; Van der Voort, 2008), tendo línguas pertencentes aos troncos Tupi (Tupi-Guarani, Arikém, Rama-ra-

ma, Puruborá, Mondé, Munduruku, Tupari e Mawé) e Macro-Jê (família Jabuti e língua Rikbatsa), e às famílias Txapakura, Nambikwara, Aruak, Pano, Takana e Mura, além de pelo menos 11 línguas isoladas ou não classificadas, como o Kanôê (Kapixana), o Iranxe-Myky e o Kwaza, além de outras sete na Bolívia. Sua alta sociodiversidade pode ser visualmente conferida no famoso Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú (1981a), e esta mesma riqueza sociolinguística pode ser fruto de processos identitários contrastivos, gerados, precisamente, pela intensidade de interações entre coletivos (Eriksen, 2011, p. 276).

O reconhecimento das conexões entre os povos desta área da Bacia do Alto Rio Madeira é corroborado, em parte, por estudos linguísticos e arqueológicos. Da perspectiva destes últimos, Miller (2009) delimitou uma região designada como “Mesopotâmia Guaporé-Madeira-Aripuanã” e que corresponde, em linhas gerais, à porção oriental desta Grande Rondônia. Já os linguistas Crevels e Van der Voort (2008) definem — a partir de extensa recensão das fontes linguísticas, históricas e etnográficas — a região do Guaporé-Mamoré como “área linguística” (*linguistic area*), considerando a zona drenada pelos rios Mamoré, Guaporé, Beni e Madre de Deus (e seus tributários), nos limites entre Bolívia, Brasil e (em menor medida) Peru. Esta corresponde, em larga medida, à proposta da Grande Rondônia defendida (exceto pela porção situada ao Norte do rio Madeira). Ramirez (2006; 2010), por fim, argumenta por uma análise ampliada da Etno-história e Linguística histórica de “o grande Madeira”, que corresponde exatamente aos limites geográficos das “áreas cultural” ou “etnográfica” — ou do “sistema regional” — defendida aqui. Esta área, onde se localizam os formadores dos rios Madeira e

Tapajós, vem sendo apontada, por exemplo, como centro de origem das línguas e culturas Tupi (Rodrigues, 1964; 1986; 2007; Heckenberger; Neves; Peterson, 1998; Cruz, 2008; Zimpel Neto, 2009), o que igualmente indica a pertinência das abordagens históricas e etnográficas de seus povos e línguas como um conjunto em relação.

Se agrupados os estudos etno-históricos clássicos sobre certos territórios, povos ou conjuntos multiétnicos nesta região (Nordenskiöld, 2001 [1924]; 2002 [1912]; 2003 [1922]; Rondon, 1916; Roquette-Pinto, 1935; Caspar, 1953; Lévi-Strauss, 1948a; 1948b; 1996 [1955]; Leigue Castedo, 1957; Hugo, 1959; Meireles, 1984; 1989; 1991; Snethlage, 2015; Menéndez, 1981-1982; 1984-1985; 1992; Sampaio; Silva, 1997; CIMI, 2002; 2015; Cypriano, 2007; Miller, 2007; Pessoa da Silva; Costa, 2014; Costa, 2013), é possível costurar as articulações culturais e históricas entre as diferentes sociedades que ali vivem ou viviam, demonstrando uma unidade em função das relações mais ou menos permanentes, das trajetórias histórico-culturais comuns e dos alinhamentos políticos recentes — todos afetados por macroprocessos históricos, sociais e políticos semelhantes. Da mesma forma, verifica-se, com base nos estudos mais recentes, que uma rede de intercâmbios conecta — na forma remanescente de um “arquipélago horizontal” (Uzendoski, 2004) — a área a regiões vizinhas um pouco distantes, por meio, especialmente, de contatos belicosos. Sabe-se, desde há algum tempo, que a guerra constitui também circuitos de trocas — de agressões, partes de corpos, mulheres e crianças cativas — fundamentais para a constituição do *socius* em várias partes da Amazônia, conforme se observou anteriormente (Albert, 1985; Viveiros de Castro, 1986b; 2002; Fausto, 2001; Santos-Granero, 2009).

A prática de tomar cabeças dos inimigos mortos como troféus de guerra e a produtividade destas em variados contextos cerimoniais, conectam, por exemplo, os Karitiana e os Kagwahiva (Peggion, 2011b) nesta região (Vander Velden, 2011) a populações vizinhas ao Norte, como Munduruku (Menget, 1993c; Leopoldi, 2016), Xipayá (Nimuedajú, 1981b) e Juruna (Lima, 1995), e, mais a Leste, aos Arara (Teixeira-Pinto, 1997), o que demanda investigação comparativa e assinala potenciais conexões ao longo da zona limítrofe entre a floresta amazônica e os cerrados do Brasil central.

A rigor, este sistema regional vem sendo pensado como uma fronteira que separaria dois conjuntos étnico-culturais distintos ao longo do sistema fluvial Guaporé-Madeira. Lévi-Strauss (1948a, p. 371, tradução nossa), em seu artigo sobre o vale do Guaporé no HSAI, defendeu que “[d]iferente da maioria dos rios da América do Sul, o rio Guaporé não constitui o eixo de uma área cultural homogênea; ele é uma fronteira, mais do que uma ligação”. Com isso, o grande antropólogo francês divide a zona em duas áreas culturais marcadamente distintas: a Oeste, o complexo cultural Mojo-Chiquito (Denevan, 1966), e, a Leste, o complexo cultural do Guaporé (Galvão, 1979). Da mesma forma, estudos arqueológicos e linguísticos sustentam diferenças marcantes entre as margens Norte e Sul do Madeira, as quais Eriksen distribui como partes, respectivamente, de sua “*Western Amazonia*” e “*Southern Amazonia*” (Eriksen, 2011, p. 17-89). Contudo, tanto as redes de relações historicamente documentadas quanto aquelas interações políticas contemporâneas apontam para um cenário de movimentação e intercâmbios pelas duas regiões: “Ainda que as áreas culturais do Guaporé e de Moxo-Chiquito sejam muito distintas, existem evidências arqueológicas

e históricas de intercâmbios entre ambas ao longo do rio Guaporé” (Crevels; Van der Voort, 2008, p. 154, tradução nossa). Rios, afinal, têm um duplo caráter: unem e dividem populações, regiões e culturas (Harris, 2018, p. 638-639).

O Guaporé (chamado de Itenez na Bolívia), portanto, não parece ter sido uma fronteira estanque, senão terreno de intensa circulação de grupos entre seus lados espanhol (boliviano) e português (brasileiro), como mostra, por exemplo, a provável circulação de pequenos grupos Sirionó (Pereira, 2018) e de outros por ambas as margens do rio (Leigue Castedo, 1957; Meireles, 1991; Miller, 2007; Snethlage, 2015; Dietrich, 2016), incluindo os povos da família linguística Txapakura (Angenot-de Lima; Angenot, 2000), como os Wari’ (Pakaa Nova), cuja detalhada etno-história (Vilaça, 1992; 2006; também Von Graeve, 1991; Conklin, 2001) merece ser emulada para todos os povos na região e os “recém-redescobertos” Gwarasú’gwe ou Guarasugwe (Warazukwe) na margem direita do rio, lado brasileiro (Ramirez; Vegini; França, 2017). De fato, o rio Guaporé parece ter sido a rota preferencial da ampla rede de contatos de natureza histórica e estrutural que ligava os Llanos de Mojos ao alto Xingu via grupos de língua Aruak (Heckenberger, 2002; 2005; Heckenberger; Neves, 2009; Eriksen, 2011; Nahum-Claudel, 2018); especialmente os Paresi (Campos, 1862 [1720]; Roquette-Pinto, 1935; Costa, 1985; Canova, 2019), que se espalhavam pelas periferias meridionais da Amazônia, o que vincula os estudos desta zona do Alto Madeira/Grande Rondônia às discussões sobre os processos de expansão dos povos Aruak e das significativas inovações tecnoculturais trazidas por eles, cuja análise ainda está concentrada, largamente, na porção Norte do continente (ARN, Ori-

noco e escudo das Guianas). O Guaporé e seus afluentes também vinculavam esta zona de transição Amazônia-cerrado ao conjunto Nambikwara mais ao Sul em sua complexa divisão em (sub)grupos nomeados que alguns autores defendem ser povos distintos, agrupados em certos conjuntos regionais (Price, 1978; 1983; 1987; 1989; Costa, 2002; Reesink, 2007; 2010; 2015; Miller, 2009, 2018; Fiorini, 2000), além de outros povos no atual Sul de Rondônia e Oeste do Mato Grosso (Reesink, 2010).

Galvão (1979) inclui os Nambikwara, Paresi e Iranxe nesta área do complexo do Guaporé, em função dos contatos destes com os grupos do “complexo do marico”. Evidências míticas e de outras naturezas (Jakubaszko, 2003; Moi *et al.*, 2009; Lisbôa, 2010) suportam relações próximas — o mútuo reconhecimento como “parentes distantes” — entre os Paresi e os Enawenê-Nawê (Salumã), grupo de filiação Aruak também no Oeste mato-grossense. O mesmo pode-se afirmar dos contatos destes com os Iranxe e Myky na mesma região (Lisbôa, 2018) e com os Apiaká, Rikbatsa e outros povos na bacia do Juruena (Tempesta, 2009; Arruda, 2019) — muitos deles atraídos pela Missão de Utariti, no rio Papagaio (Silva, 1999). Reesink (2010) postulou a existência de processos de convivência entre grupos Paresi e Nambikwara no vale do Guaporé, além de apontar para os contatos — ora de conflitos, ora de coesão — permanentes entre estes últimos e seus vizinhos do Norte, os Rikbatsa e os Cinta Larga.

No caso do rio Madeira, “[e]lo entre a Amazônia, a região pantaneira e os Andes” (Almeida; Kater, 2017, p. 44), ainda que seu mapa étnico pré-contato (século XVIII) seja pouco conhecido (Hugo, 1959; Pessoa da Silva; Costa, 2014), é certo que transações também ocorriam ali. Num passado distan-

te (por volta do ano 1.000 d.C.), o Madeira pode ter funcionado como um dos corredores de comunicação do sistema regional de intercâmbios formado pelos povos falantes de Aruak (Eriksen, 2011, p. 219) que não existem mais naquela áreação. Crevels e Van der Voort (2008, p. 154), por exemplo, incluem a área cultural Tapajós-Madeira de Galvão (1979) na região Guaporé-Mamoré. O caso dos grupos Tupi-Kagwahiwa, em especial o dos Parintintim, ilustra esta rede de intercâmbios: empurrados do Norte pelos movimentos belicosos dos Mura, dos Mundurucu e dos colonizadores não indígenas (Menéndez, 1981-1982; 1984-1985; 1992; Kracke, 2007; Peggion, 2011a; 2011b; Sampaio, 2001), espalharam-se pelo Norte e Centro de Rondônia, englobando grupos nativos, como os Karitiana, que têm memórias detalhadas de conflitos com os Uru-Eu-Wau-Wau (Vander Velden, 2014; 2018) e conectando o Sul do Amazonas ao conjunto multiétnico nos vales dos rios Branco e Guaporé (Leonel, 1995; Peggion, 2011b). A expansão dos Kawahiwa chegou a alcançar as redes Arawa bem mais a Oeste. Maizza (2012, p. 35-37) menciona complexas relações entre os Juma e Jarawara no Purus (cf. Peggion, 2000; Cornwall, 2003). Isso ilumina o que poderíamos entender como resíduos de redes mais amplas que comunicavam os vales do Madeira e do Tapajós com o baixo Amazonas (Harris, 2018).

Da mesma forma, a região do Alto Madeira estava vinculada ao conjunto Pano por meio dos grupos Pano meridionais, que se espalhavam pela região Noroeste de Rondônia, os assim chamados “Caripunais” antes da chegada dos Kawahiwa, os Karipuna que ocupam a região hoje. Esses Pano meridionais constituíam, segundo Córdoba e Villar (2009), um antigo sistema regional ou multiétnico, integrado também por povos

de língua Aruak e Tacana, entre outras, que os autores denominam “*continuo transversal de sociedades pano-hablantes*”, que conectava toda a zona entre o vale do Madeira e o Ucayali, no Peru (Erikson, 1992; Villar; Córdoba; Combès, 2009; Córdoba; Villar, 2011; Córdoba; Valenzuela; Villar, 2012; Córdoba, 2015). Com efeito, as análises produtivas destas redes de intercâmbios Pano meridional mostram-se em consonância com o que defendemos aqui a respeito da abertura dos sistemas regionais em múltiplas direções e da recusa em naturalizar unidades étnicas fechadas e com fronteiras étnicas definidas, levando-se em conta, nas investigações, a história de contatos intensos não apenas em tempos pré-hispânicos como com distintos atores da colonização:

[...] *la historia de los pano meridionales es, fundamentalmente, una historia de relaciones interétnicas. No hay, ni hubo nunca, “etnias” aisladas que luego entran en contacto entre sí: el mestizaje, la circulación, el multilingüismo, los intercambios constituyen la condición originaria* (Córdoba; Villar, 2009, p. 23).

Um grupo Pano, os Kaxarari, ainda ocupa a região na divisa entre os estados de Rondônia e Amazonas, porém informações sobre eles ainda são fragmentárias (Santos, 2002; Charles; Silva, 2019; Pereira; Silva; Kaxarari, 2019). Há sugestões, inclusive, de que os Karitiana (cf. Moser, 1993; 1997; Vander Velden, 2012; 2017; 2018; Araújo, 2015; Castro, 2018) mantinham contato com os vizinhos Karipuna (Hugo, 1959), belicosos, com grupos bem mais a Leste, como os Suruí e Zoró, e a Oeste, como os Wari’ (Vander Velden, 2014). É provável que estejam de alguma forma relacionados aos Omagua-Kambeba no alto Solimões (Cabral, 2007, p. 376-377) ou mesmo aos Andes (Mendon-

ça de Souza, 1994), em função da modificação craniana artificial similar praticada pelos dois grupos, o que aponta para uma conexão de longa distância entre a bacia do Madeira e o Alto Amazonas e mais além (Pessoa da Silva; Costa, 2014). Outras práticas Karitiana e dos extintos Arikém, da mesma família linguística, também parecem relacioná-los a grupos na Bolívia (Cavalcante, 2015), como os pilões feitos de pedra, encontrados também entre os Jabuti (Van der Voort, 2006; Crevels; Van der Voort, 2008, p. 154). A distribuição dos povos Kawahiwa até o centro de Rondônia e suas relações com grupos Tupi-Guarani em outras regiões têm sido objeto de várias pesquisas recentes (Sampaio; Silva; Miotello, 2004; França, 2012; Almeida Silva, 2015a, 2015b), assim como os nexos políticos contemporâneos entre o Sul do Amazonas e as estruturas da política indigenista situadas em Rondônia (Araújo, 2019). Adicione-se que, ainda recentemente, pequenos grupos Tupi-Kagwahiwa isolados perambulam pelo Noroeste mato-grossense e Centro-norte de Rondônia (Cartagenes; Lobato, 1991; Shiratori, 2019).

Quanto aos povos da família linguística Mura, composta por duas línguas, o Mura, provavelmente extinto, e o Pirahã, anteriormente chamado de Mura-Pirahã, eles estão localizados um pouco ao Norte, na zona do médio Madeira e afluentes, embora grupos familiares Mura, às vezes identificados como Moura, possam ser encontrados em várias cidades rondonienses. Pouco se produziu antropológicamente acerca dos Mura, a despeito de sua longa história e do impacto que tiveram na expansão colonial

portuguesa pela Amazônia (Amoroso, 1992; 1998; Amoroso; Farage, 1994), inclusive com reflexos significativos na região do Alto Madeira e Norte de Rondônia, como vimos com as movimentações Kawahiwa (Gondim, 1925). Já os Pirahã nos rios Marmelos e Maici (AM), que são cada vez mais atraídos pela estrutura de assistência indigenista no Norte de Rondônia, foram objeto de duas excelentes monografias de Marco Antonio Gonçalves (1993; 2001). Nimuendajú (1948; 1982) já relacionava os Mura e Pirahã com outros povos no Alto Madeira, tratando conjuntamente suas trajetórias históricas.

Entretanto, notemos que, nesta região em análise, existe um complexo sistema de intercâmbios linguísticos, rituais, xamânicos e matrimoniais, calcados sobre uma organização política multiétnica e um conhecimento amplamente distribuído entre povos de diferentes famílias linguísticas; em suma, um sistema regional no sentido “clássico” está bem documentado para a área de médio e baixo Guaporé. Meireles (1991) chamou esse sistema de complexo cultural do marico. Esse conjunto multiétnico e multilinguístico, que foi nomeado a partir de um tipo de bolsa de linha de tucum fabricada e utilizada pelos povos na região (Mezacasa, 2018b), abrange 18 etnias de pelo menos sete famílias linguísticas e está concentrado em duas terras indígenas: T. I. Rio Guaporé e T. I. Rio Branco⁶ (Meireles, 1989; Braga *et al.*, 2011; CIMI, 2015). Não existem, todavia, estudos que abarquem o sistema como um todo, embora investigações de longa data demonstrem os contatos intensos entre os muitos povos nesta área (Snethlage, 2015;

6 Além dos maricos, bolsas produzidas com a linha do tucum, “que não são só característicos como exclusivos dos grupos indígenas que habitam hoje a área Indígena do Rio Guaporé e Rio Branco” (Meireles, 1991, p. 211), estes povos também compartilha(va)m a ausência do cultivo de mandioca brava e da farinha na alimentação e o consumo da chicha de milho na alimentação regular e da chicha fermentada em ocasiões cerimoniais.

Caspar, 1952; 1953; 1955; 1975; Becker-Donner, 1955), bem como a partilha de conhecimentos, como ocorre com narrativas míticas amplamente disseminadas (Mindlin, 1993; 1995; 1997; 1999, 2006). As pesquisas que abordam tal sistema, tendo como via de acesso, por assim dizer, povos específicos (Galúcio, 2006), Soares Pinto (2009; 2012; 2015; 2014; 2017), Pesovento (2012), Soares Pinto e Nogueira (2014), Sanchez (2019a; 2019b), Mezacasa (2018a), entre outros), vêm crescendo nos últimos anos e sugerem que a análise do conjunto ainda é muito lacunar e deve nos reservar surpresas para o futuro. No que toca à presença de grupos de língua Macro-Jê na região (Djeoromixi e Arikapu), Ribeiro e Van der Voort (2010) citam antigas conexões da região do Guaporé com grupos mais a Leste, como os Bororo e Otuki (Wüst, 1994; Ramirez, 2010; Martínez, 2018) e com a Chiquitania (Costa, 2006; Silva, 2008a, 2008b) e, mais além, com Pantanal, Paraguai e Chaco (Costa, 1999; Martínez, 2018). O monumental diário de Emil Heinrich Snethlage, publicado recentemente (2015) em alemão, traz informações detalhadas e preciosas sobre as redes de contato por todo o vale do Guaporé indígena, complementando trabalho anteriormente publicado por Snethlage (1937), e espera-se em breve uma edição em língua portuguesa (Mere, 2013).

Entre os grupos no rio Branco estão os Aruá e Salamái, povos Tupi-Mondé separados do principal conjunto destes Tupi-Guarani no chamado Corredor Etnoambiental Tupi-Mondé (Cinta Larga, Suruí Páiter, Zoró e Gavião-Ikolen), que se espalha entre Rondônia e Noroeste do Mato Grosso (Brunelli, 1985; 1987; 1988; 1989; 1990; Mindlin, 1985; 1996; 2001; Dal Poz, 1991; 1998; 2004; Suruí, 2008; Bento, 2013; Ribeiro, 2015; Cardozo, 2016; Pappiani; La-

cerda, 2016; Felzke, 2017, 2018; Almeida Silva, 2019). Esta localização algo anômala dos Aruá e Salamái, a respeito dos quais, virtualmente, quase nada sabemos (Ferreira de Melo; Vegini, 2013), ainda merece consideração, o que deve nos fornecer um esclarecimento sobre a movimentação dos grupos indígenas nesta etnicamente complexa zona do centro das terras rondonienses. Meireles (1991) já discutia as conexões entre os “povos do marico” e a região dos rios Roosevelt/Ji-Paraná (onde se situa o conjunto Mondé). O mesmo vale para as relações entre os Mondé e seus vizinhos, como os Arara-Karo (Gabas Jr., 2002; 2009; Nóbrega, 2008; Cardozo; Vale Jr., 2012; Otero dos Santos, 2015; 2019; Keppi; Gomide, 2016; Keppi; Pruiksmá, 2018) e, do lado mato-grossense, os Nambikwara e demais povos já na bacia do Tapajós, como os Rikbatsa (Arruda, 2019) e os Arara do rio Branco (Dal Poz, 1995; Christ, 2009). Evidências recentes sugerem que os Tupi-Mondé, em suas andanças, podem ter frequentado as margens do rio Madeira, mais de mil quilômetros ao Norte de sua atual localização (Felzke, 2017, p. 20-22). Ademais, se as famílias linguísticas Ramarama (Arara Karo) e Puruborá estão, de fato, relacionadas em uma putativa família Pururama (Galúcio; Gabas Jr., 2002), então faz-se também necessário investigar a relação dos Arara-Karo com os povos no vale do Guaporé, como os Puruborá (Snethlage, 1937; Catheu, 2001; Monserrat, 2005; 2018; Galúcio, 2005; Galúcio; Puruborá; Aporete Filho, 2013; Montanha; Barboza; Oliveira, 2014; Menezes, 2016; Vander Velden, 2017) e Migueleno (Nascimento, 2018a; 2018b), entre outros. Caso interessantíssimo é o dos Palmella (ou Pamelinhos), falantes da única língua Karib na região (a mais meridional da família) e cuja presença nesta zona constitui um enigma

(Severiano da Fonseca, 1986 [1880-1881], p. 190-207; Becker-Donner, 1956), com notícias de que este povo, considerado extinto, ainda resiste no vale do rio São Miguel (Crevels; Van der Voort, 2008, p. 162).

Devemos levar em conta também as amplas movimentações de povos indígenas nesta região, provocadas, desde o final do século XIX e primeira metade do século XX, pelo ciclo da borracha e pelas ações do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e que exerceram impacto determinante na atual configuração étnica do Alto Madeira e nas experiências de contatos e intercâmbios entre distintas populações e conjuntos multiétnicos. De fato, a Grande Rondônia pode ter se constituído como “área de refúgio” a partir do século XVII, em função da presença massiva da empresa colonizadora nas suas bordas (Leonel, 1995; Crevels; Van der Voort, 2008, p. 172; Trubiliano, 2017). Esses movimentos podem ser analisados, por exemplo, pela presença de um grupo Apurinã (Aruak) em Rondônia, os Karitiana, que inclusive, mencionam conflitos com este povo (Vander Velden, 2011), talvez em sua rota migratória do vale do médio e baixo Purus para a Terra Indígena Roosevelt (CIMI, 2002, p. 14), e pela existência de expressivo número de indígenas em cidades como Porto Velho, capital rondoniense (Pereira, 2010), em que há povos quase inteiros para lá deslocados pelas políticas indigenistas, como os Kassupá (Maciel, 2000; Timóteo da Cunha, 2016; 2017; Andrade; Fernandes, 2018). De todo modo, alguns registros mais antigos assinalam a existência, por toda a região, de aldeias compósitas, nas quais conviviam representantes de diferentes povos (Zack, 1943). É possível, deste modo, pensar as redes de trocas e relações nesta região como fenômeno de uma longa profundidade histórica que se desdobra, de muitas e variadas maneiras, até o momento presente.

Ao mesmo tempo, seria um movimento recente, incluindo, atualmente, as cidades em que os povos na região se encontram, em função das dinâmicas da assistência (saúde, educação, política indigenista), e forjam novas alianças e modalidades de intercâmbios. Se as culturas ameríndias são pensadas por boa parte da literatura como historicamente paradas no tempo (em *spatial stasis*), o que há, na verdade, é movimento, e este movimento permanente serviu e serve para tramatar contatos e correspondências entre povos até hoje (Alexiades, 2009).

Considerações finais

É evidente, ao fim e ao cabo, que esta demarcação de limites da área cultural ou sistema regional da Grande Rondônia é arbitrária, posto que as relações entre as populações na região não parecem estar completamente ou majoritariamente voltadas ao seu interior, como parece acontecer em certas áreas etnográficas nas Terras Baixas, como o Alto Xingu ou, como mostramos, o ARN. Não obstante, por um lado, mesmo para estas áreas relativamente bem delimitadas, há algum grau de arbitrariedade na definição de limites — como bem perceberam, nas suas variações, os próprios autores que se dedicaram à definição de “áreas culturais” (Galvão, 1979) ou “etnográficas” (Melatti, 2019). Além disso, tal arbitrariedade constitui, justamente, uma das premissas desta nossa retomada da discussão dos sistemas regionais no último meio século: a ideia de que suas fronteiras são abertas e seus limites não podem ser, assim, facilmente demarcados, estendendo-se ou contraindo-se ao sabor da história. Por outro lado, as informações ainda incipientes disponíveis sobre as populações indígenas no Sudoeste da Amazônia

parecem indicar que partilham de certas experiências históricas pré e pós-coloniais comuns, algo apontado pelos estudos realizados na região. Com isso, exibimos outra das premissas deste texto: a de que os sistemas regionais ou redes de intercâmbio são, para além de configurações socioespaciais mais ou menos antigas, também resultado de políticas e de abordagens analíticas recentes ou contemporâneas, para além de envolverem, sempre, meios multimodais de interação (Whitehead, 2001; Neves *et al.*, 2019).

Em suma, esses sistemas se organizam não em função das putativas semelhanças entre as sociedades, mas de acordo com a vida social compartilhada por diferentes povos (Melatti, 2019, p. 4-5). Qualquer visitante de Porto Velho reconhecerá que, como maior centro urbano regional, a cidade polariza grande parte das demandas das populações nativas desta grande área, incluindo aquelas originadas ou vivendo fora do estado de Rondônia. A cidade forma, assim, uma espécie de centro, ou vértice, deste enorme sistema que abarca as populações indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas, Oeste e Noroeste do Mato Grosso e, mesmo, das regiões limítrofes do lado boliviano da fronteira internacional.

De maneira homóloga, Manaus também pode ser vista como um vértice de atração de uma ampla diversidade de grupos indígenas que se conectam e estabelecem relações de troca envolvendo a bacia do médio e alto Amazonas. Em relação aos grupos oriundos do ARN, há registros muito antigos de migração, fenômeno que tem se intensificado nas últimas quatro décadas, mesmo com uma distância considerável entre essas áreas (Bernal, 2009). De maneira mais intensa, o município de São Gabriel da Cachoeira também tem sido ponto de

reunião dos diversos grupos do ARN, com a expansão da contratação de professores, agentes de saúde indígena e outros profissionais e da distribuição de benefícios como aposentadorias, Bolsa Família e licenças-maternidade (Andrello, 2006; Iubel, 2015).

O ponto a se destacar é que se, por um lado, as interações entre os sistemas regionais ameríndios e os sistemas coloniais e estatais produziram, como é amplamente sabido, muita destruição, por outro, aqueles povos que não foram exterminados conseguiram se movimentar pelos sistemas colonial e estatal de forma a manter e/ou ampliar o escopo de interações com grupos indígenas de outros sistemas regionais, reconfigurando os muitos “polos de articulação indígena” (Melatti, 1979). Sem dúvida, os impactos dessas interações obrigaram os arranjos das interações regionais pré-coloniais a se modificarem e conferiram especificidades conforme o histórico da interação. Nesse sentido, o sistema regional do ARN aparenta ter se mantido mais estável do que o do Alto Madeira-Guaporé quanto às transformações impostas pelas empresas coloniais e, posteriormente, pelos governos nacionais, o que levou muitos estudiosos a ressaltarem a homogeneidade cultural do ARN e outros a destacarem a heterogeneidade da região da Grande Rondônia, colocando-a como uma zona fronteira.

Entretanto, conforme as novas abordagens sobre os sistemas regionais que apresentamos, é necessário nuançar o contraste entre as regiões do ARN e da Grande Rondônia, de modo a trazer matizes para a nossa investigação sobre os sistemas regionais ameríndios em geral. Dessa forma, quando focado numa escala mais aproximada, o sistema do ARN não se mostra tão homogêneo, e as diferenças entre os grupos não

param de saltar à vista, ao mesmo tempo que, se observarmos numa escala histórica e arqueológica mais ampla, também há muitos indícios de que o sistema do ARN tinha conexões mais extensas e com maiores heterogeneidades linguística e cultural de grupos. De maneira homóloga, a heterogeneidade do sistema da Grande Rondônia também não se mostra muito expressiva quando fazemos uma aproximação da lente, e, numa escala histórica e arqueológica, a heterogeneidade se mostra tão antiga, podendo-se afirmar que há certa estabilidade do sistema. De todo modo, em ambos os casos, e como se verifica em outras porções das Terras Baixas Sul-Americanas, as análises devem privilegiar a longa duração, mas não se encerrarem com a conquista: a noção de “etnogeneese”, conforme aplicada por recentes estudos etno-históricos e arqueológicos, é útil para estender a reflexão até o momento presente, uma vez que os contextos interétnicos amazônicos parecem trazer à tona novamente as agendas políticas e culturais contemporâneas dos povos indígenas (Conklin; Graham, 1995).

O que se depreende do debate das últimas três décadas é uma forte ênfase nas conexões entre sistemas, que se dão em múltiplos eixos — inclusive entre sistemas que tradicionalmente não eram ou são pensados como estando conectados —, de modo a abri-los de seu putativo isolamento e a pensar o continente como um tecido contínuo de conexões, movimento para o qual a contribuição mais recente da noção de “rede” parece-nos fundamental. Neil Whitehead (1994, 1999), Eduardo Neves (2001), entre outros, argumentam que muitos estudos subestimaram a escala regional e o caráter supraétnico das organizações sociais ameríndias pré-coloniais e há de se dizer o mesmo, como pensamos ter feito neste artigo,

para as organizações sociais pós-conquista ou para aquelas dos dias correntes.

Com isso, não é mais possível sustentar uma imagem das culturas ameríndias como estáticas no espaço em que vivem, entre enormes vazios geográficos ocupados apenas pela floresta. Em vez disso, ganhou força, nos estudos aqui recenseados, a partir, sobretudo, da década de 1980, uma imagem dinâmica de intenso movimento entre as diversas regiões, possivelmente de dimensões continentais. Portanto, no passado, as migrações eram possivelmente ainda mais severas do que nos dias atuais. Estamos mais próximos a uma imagem dos sistemas regionais, em que estes se desenvolvem como uma nebulosa, no sentido de que Lévi-Strauss confere essa noção em sua magistral série de estudos sobre a mitologia ameríndia. Ora a nebulosa se expande, ora se contrai “sem jamais reunir de modo durável ou sistemático a soma total dos elementos”, engendrando um corpo multidimensional a partir do qual não é possível definir, a não ser arbitrariamente, um ponto de origem e outro de chegada (Lévi-Strauss, 2004 [1964], p. 20-24).

Este movimento não é trivial e foi seguido por uma profunda crítica à aplicação de noções totalizantes e identitárias para se definir as unidades sociais que compõem os sistemas regionais. Isso tem levado a uma revisão da importância do papel do que se convencionou chamar de parentesco na definição dessas unidades sociais, pelo menos no que diz respeito ao parentesco ser a instância privilegiada na constituição da organização social (Hugh-Jones, 2013). A investigação dos sistemas regionais também permitiu ampliar a complexidade das redes de relações ameríndias e evidenciar que é muito difícil atribuir certas características sistêmicas a determinado grupo, como se

fosse possível mapear as dinâmicas a partir de uma origem, como, por vezes, os estudos sobre grupos da família linguística Aruak aparentaram fazer. Parece-nos um caminho mais interessante não tomar os grupos como constituídos anteriormente às redes de relações, mas formados a partir e através das interações sociais regionais de escalas mais ou menos ampliadas. As relações precedem os termos.

Além disso, a complexidade e variedade das redes de relações mostram que o idioma da predação não tem o mesmo rendimento ao longo das diversas regiões que conformam o tecido social do continente, mesmo que a troca de agressões (a guerra) seja um dos componentes críticos das redes de relações em várias partes do continente. Para além da relação aliado/inimigo, há contextos nos quais as relações anfitrião/convidado são tão ou mais centrais para a constituição das redes de relações regionais (Sztutman, 2012). Nesses contextos, as reuniões festivas adquirem proeminência. Segundo Perrone-Moisés (2015) propôs recentemente, guerra e festa aparecem como um par indissociável nas interações sociais ameríndias. Vale dizer, portanto, que não enxergamos a oposição analítica como crucial — que poderia ser resumida na dualidade Aruak *versus* Tupi (mas também, em menor medida, Jê, Pano, Karib e outras) — entre os modelos do ideal de independência e dispersão sociocosmológica continental, anárquicos, monádicos ou autárquicos, e aqueles centrados nas múltiplas conexões via redes, hierárquicas, ou não, de relações mais ou menos inclusivas. Nossa sugestão é que ambas as imagens

podem caracterizar os povos ameríndios, ora se aproximando, ora se afastando de seus vizinhos, mas sempre em relação com eles — seja de convivialidade, comércio e mistura, seja de predação e guerra. Nosso ponto, que obviamente não é novo, mas, talvez, necessite ser reforçado, é que as relações se sobrepõem aos termos: sejam republicanas ou monárquicas, são sempre as mesmas. A sugestão de se pensar as conexões entre os povos indígenas nas Terras Baixas como sistemas de prestações totais sintetiza o argumento, e qualquer que seja a dimensão dos modos de articulação indígena (local ou regional) ou a forma de definição daquilo que lhes é “externo”⁷, o estatuto maior é o da abertura. “Relações entre relações” é o que, em três palavras, define as paisagens indígenas na América do Sul.

Por fim, o avanço da compreensão dos sistemas regionais ameríndios nos últimos 30 anos foi possível somente por um esforço coletivo, que excede os limites de uma única disciplina e que reuniu pesquisadores das áreas da Antropologia, História, Arqueologia e Linguística e, ainda, da genética, cuja contribuição infelizmente, não pudemos apreciar aqui (cf. Salzano, 2019). Dada a dimensão do continente americano e da sua diversidade de contextos, muito ainda há que se fazer para compreender a densidade da textura do tecido social ameríndio. Isso exige, sem dúvidas, que essas disciplinas, e outras que a elas venham se juntar, continuem em seus esforços sistêmicos e em rede de dialogarem e contribuírem com o debate.

7 Ou seja, se aquilo que está “fora” ou “difere” da sociedade deve ser predado/familiarizado e incorporado, convertendo o outro externo em si mesmo, ou continuamente combatido e afastado para a preservação de um si mesmo “interior”.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, C. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro Agir, 1994.
- AGOSTINHO, P. **Kwarip, mito e ritual no Alto Xingu**. São Paulo: EPU, 1974.
- ALBERT, B. **Temps du sang, temps des cendres**: représentation de la maladie, système rituel et espace politique chez les Yanomami du Sud-Est (Amazonie brésilienne). Thèse (Doctorat) — Université de Paris X, Paris, 1985.
- ALEXIADES, M. (ed.). **Mobility and migration in Indigenous Amazonia**: contemporary ethnoecological perspectives. New York: Berghahn Books, 2009.
- ALMEIDA, F. O.; KATER, T. As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, p. 39-67, maio/ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02a>
- ALMEIDA SILVA, A. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais**: Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia. Jundiaí: Paco Editorial, 2015a.
- ALMEIDA SILVA, A. **Entre a floresta e o concreto**: os impactos socioculturais no povo indígena Jupatú em Rondônia. Jundiaí: Paco Editorial, 2015b.
- ALMEIDA SILVA, A. (org.). Representações e marcadores territoriais dos povos indígenas do corredor etnoambiental Tupi Mondé. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- AMOROSO, M. Corsários no caminho fluvial: os Mura do rio Madeira. In: CUNHA, M. C. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 297-310.
- AMOROSO, M. Território do medo. Notas sobre a utilização da crônica setecentista como fonte da etnografia Mura. In: NIEMEYER, M. A.; GODOY, E. P. (orgs.). **Além dos territórios**. Para um diálogo entre a tecnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 251-269.
- AMOROSO, M.; FARAGE, N. (orgs.). **Relatos da fronteira amazônica no século XVIII**: Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/Universidade de São Paulo, 1994.
- ANDRADE, R.; FERNANDES, E. Etnicidade e identidade em contexto urbano: os Cassupá de Porto Velho (RO). **Revista Mosaico**, v. 11, p. 101-106, 2018. <http://dx.doi.org/10.18224/mos.v11i1.6111>
- ANDRELLLO, G. **Cidade do índio**: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: Editora Unesp: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: NuTI, 2006.
- ANDRELLLO, G. Escravos, descidos e civilizados: índios e brancos na história do rio Negro. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 5, n. 1, p. 107-144, 2010.
- ANDRELLLO, G. (org.). **Rotas de criação e transformação**: narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.
- ANDRELLLO, G. Cultura ou parentesco? Reflexões sobre a história recente do Alto Rio Negro. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, p. 175-189, 2015.
- ANDRELLLO, G. Nomes, posições e (contra) hierarquia: coletivos em transformação no Alto Rio Negro. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 18, n. 2, p. 57-97, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2016v18n2p57>
- ANDRELLLO, G. “Aún mi cuerpo aloja una lanza de los peces”: troca e predação no noroeste amazônico. **Anuário Antropológico**, v. 42, n. 1, p. 229-248, 2017. <https://doi.org/10.26512/anuarioantropologico.v42i1.2017/6322>

- ANDRELO, G.; GUERREIRO JR., A.; HUGH-JONES, S. Space-time transformations in the Upper Xingu and Upper Rio Negro. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, n. 3, p. 699-724, 2015. <https://doi.org/10.1590/2238-38752015v533>
- ANGENOT-DE LIMA, G.; ANGENOT, J.-P. O sistema prosódico Panchapakura de demarcação lexical (com uma bibliografia das línguas Chapakura). *In*: VAN DER VOORT, H.; VAN DER KERKE, S. (eds.). **Indigenous languages of lowland South America** – Indigenous Languages of Latin America. Leiden: Research School of Asian, African and Amerindian Studies, 2000. v. 1, p. 149-164.
- ARAÚJO, Í. **Osikirip**: os “especiais” Karitiana e a noção de pessoa ameríndia. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ARAÚJO, J. O fenômeno da liderança Tupi Kagwahiva: trajetórias sociais, resistências e movimento indígena no sul do Amazonas. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.
- ÅRHEM, K. **Makuna social organization**. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1981.
- ÅRHEM, K. The cosmic food web: human-nature relatedness in the Northwest Amazon. *In*: DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (eds.). **Nature and society**: anthropological perspectives. London: Routledge, 1996. p. 185-204.
- ARRUDA, R. **Os Rikbaktsa**: mudança e tradição. Embu das Artes: Alexa Cultural; Manaus: Edua, 2019.
- ARVELO-JIMÉNEZ, N. The political struggle of the Guayana region's indigenous peoples. **Journal of International Affairs**, v. 36, n. 1, p. 43-54, 1982.
- ARVELO-JIMÉNEZ, N.; MORALES MÉNDEZ, F.; CASTILLO, H. Repensando la historia del Orinoco. **Revista de Antropología**, v. 5, n. 1-2, p. 155-174, 1989.
- ATHIAS, R. Hupdë-Maku et Tukano: relations inégales entre deux sociétés du Uaupés, amazonien (Brésil). Thèse (Doctorat) — Université de Paris X, Paris, 1995.
- BALÉE, W. (ed.). **Advances in historical ecology**. New York: Columbia University Press, 1998.
- BARTH, F. (ed.). **Ethnic groups and boundaries**. Boston: Little, Brown & Company, 1969.
- BASSO, E. B. (ed.). **Carib-speaking Indians: culture, society and language**. Tucson: The University of Arizona Press, 1977.
- BASTOS, R. J. M. Indagação sobre os Kamayurá, o Alto-Xingu e outros nomes e coisas: uma etnologia da sociedade Xinguara. **Anuário Antropológico**, n. 94, p. 227-269, 1995.
- BECKER-DONNER, E. Notizen über einige Stämme an den rechten Zuflüssen des Rio Guaporé. **Archiv für Völkerkunde**, v. X, p. 275-343, 1955.
- BECKER-DONNER, E. Archäologische Funde am mittleren Guaporé (Brasilien). **Archiv für Völkerkunde**, v. XI, p. 202-249, 1956.
- BENTO, R. C. **A flecha mata porque tem vida**: um estudo etnográfico sobre os artefatos de caça dos Gavião Ikólóéhj. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- BERNAL, R. J. Índios urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Edua, 2009.
- BIDOU, P. **Les Fils de l'Anaconda céleste (les Tatuyo)**: étude de la structure socio-politique. Thèse (Doctorat) — Université de Paris, Paris, 1976.

- BIDOU, P. Representations de l'Espace dans Mytologie Tatuyo (Indiens Tucano). **Journal de la Société des Americaniste**, n. 61, p. 92-105, 1972.
- BODLEY, J. H. Deferred exchange among the Campa: a reconsideration. *In*: FRANCIS, P. D.; KENSE, F. J.; DUKE, P. J. (eds.). **Networks of the past: regional interaction in archaeology**. Proceedings of the Twelfth Annual Conference, the Archaeological Association of the University of Calgary. Calgary: Archaeology Association of the University of Calgary, 1981. p. 49-60.
- BRAGA, A.; CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D.; MINDLIN, B. Línguas entrelaçadas: uma situação *sui generis* de línguas em contato. **Papia**, v. 21, n. 2, p. 221-230, 2011.
- BRUNELLI, G. Bebe! Bebe!... Jikko! Les Zorós vont à la chasse. **Recherches Amérindiennes au Québec**, v. 15, n. 3, p. 45-57, 1985.
- BRUNELLI, G. Migrations, guerres et identités: faits ethno-historiques zoró. **Anthropologie et Sociétés**, v. 11, n. 3, p. 149-172, 1987. <https://doi.org/10.7202/006443ar>
- BRUNELLI, G. Maîtres de l'invisible. Notes et réflexions sur le chamanisme tupi-mondé. **Recherches Amérindiennes au Québec**, v. 18, n. 1-2: 127-143, 1988.
- BRUNELLI, G. **De los espíritus a los microbios**. Salud y cambio social entre los Zoró de la Amazonía brasileña. Quito: Abya-Yala; Roma: MLAL, 1989.
- BRUNELLI, G. Crossing worlds in quest for answers: Zoró indians explain illness. *In*: POSEY, D. A.; OVERAL, W. L. (eds.). **Ethnobiology: implications and applications**. 2 v. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990. p. 141-146.
- BRÜZZI, A. **A civilização indígena do Uaupés: observações antropológicas, etnográficas e sociológicas**. São Paulo: Centro de Pesquisas de Iauaretés; Amazonas: Missão Salesiana do Rio Negro, 1962.
- CABALZAR, A. **Filhos da cobra de pedra: organização social e trajetórias Tuyuka no rio Tiquié (Nororeste Amazônico)**. São Paulo: Editora Unesp; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: NuTI, 2008.
- CABRAL, A. S. A. C. New observations on the structure of Kokáma/Omágwa. *In*: WETZELS, L. (ed.). **Language endangerment and endangered languages**. Leiden: CNWS Publications, 2007. p. 365-379.
- CALAVIA SÁEZ, O. O inca pano: mito, história e modelos etnológicos. **Mana**, v. 6, n. 2, p. 7-35, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132000000200001>
- CAMPBELL, L. **American Indian languages: the historical linguistics of Native America**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- CAMPOS, A. P. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das minas de Cuyabá e seu reconcavo. **Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, tomo XXV, 3. trim., p. 437-449, 1862 [1720].
- CANOVA, L. **Os Paresi na conquista portuguesa de Mato Grosso (1719-1757)**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.
- CARDOZO, I. (org.). **Diagnóstico etnoambiental participativo**. Etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas: Terra Indígena Roosevelt. Porto Velho: Ecam: Kanindé, 2016.
- CARDOZO, I.; VALE JR., I. C. (orgs.). **Diagnóstico etnoambiental participativo**. Etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas: Terra Indígena Igarapé Lourdes. Porto Velho: Edufro: Kanindé, 2012.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- CARNEIRO DA CUNHA, M.; VIVEIROS DE CASTRO, E. Vingança e temporalidade: os Tupinambás. **Anuário Antropológico**, v. 10, n. 1, p. 57-78, 1985.
- CARTAGENES, R.; LOBATO, J. C. À espera do desastre. In: RICARDO, C. A. **Povos indígenas no Brasil**, 1987/88/89/90. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1991. p. 445-446.
- CARVAJAL, G. **Descubrimiento del río de las Amazonas por el capitán Francisco de Orellana**. Madri: Babelia. DOC, 2011.
- CARVALHO JR., A. D. Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- CASPAR, F. **Tupari**: Unter Indios im Urwald Brasiliens. Deutschland: Friedrich Vieweg & Sohn Braunschweig, 1952.
- CASPAR, F. **Tupari**: entre os índios, nas florestas brasileiras. São Paulo: Melhoramentos, 1953.
- CASPAR, F. A expedição de P. H. Fawcett a tribo dos Maxubi em 1914. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 21., 1955, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Editora Anhembi, 1955. v. 1, p. 113-120.
- CASPAR, F. **Die Tuparí Indianerstamm in Westbrasilien**. Berlin: Walter de Gruyter, 1975.
- CASTRO, A. C. M. O. **Koro'op**: e-moções, sociabilidade, paisagem e temporalidade entre os Karitiana. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.
- CATHEU, G. Puruborá: mais um povo ressurgido em Rondônia. **Porantim**, v. 23, n. 241, p. 7, 2001.
- CAVALCANTE, W. **Os Arikêmes e o SPI**: o desafio da reelaboração cultural indígena sob poder tutelar do Estado brasileiro. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.
- CELESTINO DE ALMEIDA, M. R. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CHACON, T.; CAYÓN, L. Considerações sobre a exogamia linguística no Noroeste Amazônico. **Revista de Letras**, v. 6, n. 1/2, p. 6-20, 2013.
- CHARLES, C.; SILVA, J. C. Viver Kaxarari! Uma abertura para o outro. In: XIMENES, C.; PICANÇO, F.; CARVALHO, R.; SILVA, R. (orgs.). **Educação e modo de vida das populações indígenas amazônicas**. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 109-119.
- CHAUMEIL, J.-P. Échange d'énergie: guerre, identité et reproduction sociale chez les Yagua de l'Amazonie péruvienne. **Journal de la Société des Américanistes**, n. 71, p. 143-157, 1985. <https://doi.org/10.3406/jsa.1985.2259>
- CHAUMEIL, J.-P. Les os, les flûtes, les morts. Mémoire et traitement funéraire en Amazonie. **Journal de la Société des Américanistes**, n. 83, p. 83-110, 1997. <https://doi.org/10.3406/jsa.1997.1672>
- CHERNELA, J. Hierarchy and economy among the Uanano (Kotiria): speaking people of the middle Uaupés basin. Tese (Doctorado) — Columbia University, New York, 1983.
- CHRIST, C. L. **Mutirão de solidariedade**: retomada da Terra Indígena Arara. Campinas: Curt Nimuendajá, 2009.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
- COELHO, V. P. (org.). **Karl von den Steinen**: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: Edusp, 1993.
- COELHO DE SOUZA, M. **O traço e o círculo**: o conceito de parentesco entre os Jê seus antropólogos. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- CONKLIN, B. A. **Consuming grief**: compassionate cannibalism in an Amazonian society. Austin: University of Texas Press, 2001.

- CONKLIN, B. A.; GRAHAM, L. The shifting middle ground: Amazonian Indians and eco-politics. **American Anthropologists**, v. 97, n. 4, p. 695-710, 1995. <https://doi.org/10.1525/aa.1995.97.4.02a00120>
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Panewa especial**. Porto Velho: Conselho Indigenista Missionário, Regional Rondônia, 2002.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Panewa especial**. Porto Velho: Conselho Indigenista Missionário, Regional Rondônia, 2015.
- CÓRDOBA, L.; VALENZUELA, P.; VILLAR, D. Pano meridional. *In*: CREVELS, M.; MUYSKEN, P. (eds.). **Lenguas de Bolivia**. Tomo II: Amazonia. La Paz: Plural Editores, 2012. p. 27-69, 2012.
- CÓRDOBA, L.; VILLAR, D. Etnonímia y relaciones interétnicas entre los panos meridionales (siglos XVIII–XX). **Revista Andina**, n. 49, p. 211-244, 2009.
- CÓRDOBA, L.; VILLAR, D. As estruturas de nominação étnica na história dos panos meridionais. *In*: LIMA, E. C.; CÓRDOBA, L. (orgs.). **Os outros dos outros**: relações de alteridade na etnologia sul-americana. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 109-118.
- CÓRDOBA, L. Barbarie en plural: percepciones del indígena en el auge cauchero boliviano. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 101, n. 1-2, p. 173-202, 2015. <https://doi.org/10.4000/jsa.14384>
- CORNWALL, R. **Os Jumas**: a continuação da violenta redução dos Tupi. Madalena: R. Cornwall, 2003.
- COSTA, A. **Entre artefatos e narrativas**: a história indígena do Alto Rio Madeira a partir dos relatos dos viajantes do século XVIII. Monografia (Conclusão de Curso) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.
- COSTA, A. M. R. F. M. **Senhores da memória**: uma história Nambiquara do cerrado. Cuiabá: Unicen, 2002.
- COSTA, J. E. F. M. **A coroa do mundo**: religião, território e territorialidade Chiquitano. Cuiabá: Editora UFMT, 2006.
- COSTA, L. **The owners of kinship**: asymmetrical relations in Indigenous Amazonia. Chicago: HAU Books, 2017.
- COSTA, M. F. G. **História de um país inexistente**: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- COSTA, R. R. **Cultura e contato**: um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.
- COUDREAU, H. **La france équinoxiale**. Tomo II: Voyages à travers les Guyanes et l'Amazonie. Paris: Challamel Ainé, 1886.
- CREVELS, M.; VAN DER VOORT, H. The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. *In*: MUYSKEN, P. (ed.). **From linguistic areas to areal linguistics**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 151-179.
- CRUZ, D. G. **Lar, doce lar?** Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO). Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CYPRIANO, D. C. C. A. Almas, corpos e especiarias: a expansão colonial nos rios Tapajós e Madeira. **Pesquisas – Antropologia**, n. 65, p. 5-170, 2007.
- DAL POZ, J. **No país dos Cinta Larga**: uma etnologia do ritual. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- DAL POZ, J. **A etnia e a terra**: notas para uma etnologia dos índios Arara (Aripuanã-MT). Cuiabá: EdUFMT, 1995. (Série Antropologia, 4).

- DAL POZ, J. Os ritos da identidade: um estudo das relações étnicas nos Cinta Larga. *In*: BARROS, E. P. (org.). **Modelos e processos**: ensaios de etnologia indígena. Cuiabá: EdUFMT, 1998. p. 149-226.
- DAL POZ, J. **Dádivas e dívidas entre os Cinta-Larga**. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- DEBOER, W. The machete and the cross: Conibo trade in the late seventeenth century. *In*: FRANCIS, P. D.; KENSE, F. J.; DUKE, P. J. (eds.). **Networks of the past**: Regional interaction in archaeology. Proceedings of the Twelfth Annual Conference, the Archaeological Association of the University of Calgary. Calgary: Archaeology Association of the University of Calgary, 1981. p. 31-48.
- DEMARCHI, A.; MORAIS, O. Redes de relações indígenas no Brasil Central: um programa de pesquisa. **Espaço Ameríndio**, v. 10, n. 2, p. 96-117, 2016. <https://doi.org/10.22456/1982-6524.64124>
- DENEVAN, W. **The aboriginal cultural geography of the Llanos de Mojos of Bolivia**. Berkeley: University of California Press, 1966.
- DESCOLA, P. **In the society of nature**: a native ecology in Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- DESCOLA, P.; TAYLOR, A.-C. Introduction. **L'Homme**, t. 33, n. 126-128, p. 13-24, 1993. [La remontée de l'Amazone].
- DIETRICH, W. As línguas tupi-guarani bolivianas e as de Rondônia: novas hipóteses sobre as origens. *In*: CABRAL, A. S. A. C.; ISIDORO, E. A.; LOPES, J. D. (orgs.). **Línguas e culturas tupí**. Brasília, DF: Laboratório de Línguas e Literatura Indígenas; Universidade de Brasília, 2016. v. 4, p. 43-68.
- DREYFUS, S. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre Orinoco e Corentino) de 1613 a 1796. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. C. (orgs.). **Amazônia**: etnologia e história indígena. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 19-42.
- EPPS, P.; STENZEL, K. (eds.). Upper Rio Negro: cultural and linguistic interaction in Northwestern Amazonia. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2013.
- ERIKSEN, L. **Nature and culture in prehistoric Amazonia**: using GIS to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory. Thesis (Doctorate) — Lund University, Lund, 2011.
- ERIKSON, P. Uma singular pluralidade: a etno-história Pano. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 239-252.
- ERIKSON, P. Une nébuleuse compacte: le macro-ensemble pano. **L'Homme**, t. 33, 126-128, p. 45-58, 1993. [La remontée de l'Amazone]. <https://doi.org/10.3406/hom.1993.369628>
- FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991.
- FARAGE, N.; SANTILLI, P. Estado de sítio: territórios e identidades no Vale do Rio Branco. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 267-278.
- FAULHABER, P. **O navio encantado**: etnia e alianças em Tefé. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987a.
- FAULHABER, P. (org.). **Entrosando**: questões indígenas em Tefé. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987b.
- FAULHABER, P. **O lago dos espelhos**: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

- FAULHABER, P. The production of the Handbook of South American Indians Vol 3 (1936-1948). **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 9, n. 1, p. 82-111, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1809-43412012000100003>
- FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 381-396, 1992.
- FAUSTO, C. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FAUSTO, C. **Inimigos fiéis**: história, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.
- FELZKE, L. **Dança e imortalidade**: igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia. Tese (Doutorado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- FELZKE, L. **Os Ikólóéhj Gavião**: a terra e os outros. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- FERREIRA, A. R. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.
- FERREIRA, T. A. S. **Política e “cultura” no Alto Rio Negro**: o caso de Iauaretê. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- FERREIRA DE MELO, L.; VEGINI, V. Notas sobre os Aruá de Rondônia. **Revista Língua Viva**, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2013.
- FIORINI, M. O. **The silencing of the names**: identity and alterity in an Amazonian Society. Dissertation (Anthropology) — New York University, New York, 2000.
- FRANÇA, L. B. C. **Caminhos cruzados**: parentesco, diferença e movimento entre os Kagwahiva. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. J. (orgs.). **Os povos do Alto Xingu**: história e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- GABAS JR., N. (com narradores Arara, orgs.). **Mây yamât Kaná xet pég xawero ma’i kanây ‘mâm** — história dos Arara no tempo do contato com os brancos. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.
- GABAS JR., N. (com Sebastião Kara’yá Péw Arara, orgs.). **Mitos Arara**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.
- GALLOIS, D. (org.). **Redes de relações nas Guianas**. São Paulo: Humanitas, 2005.
- GALÚCIO, A. V. (org.). **Narrativas tradicionais Sakurabiat Mayáp Ebó**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.
- GALÚCIO, A. V. Puruborá: notas etnográficas e linguísticas recentes. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 1, n. 2, p. 159-192, maio/ago. 2005. Série Ciências Humanas.
- GALÚCIO, A. V.; GABAS JR., N. Evidências de agrupamento genético Karo-Puruborá, tronco Tupi. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 17., 2002, Gramado. **Boletim informativo n. 31**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- GALÚCIO, A. V.; PURUBORÁ, J. E.; APORETE FILHO, P. **Vocabulário ilustrado**: animais na língua Puruborá. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.
- GALVÃO, E. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900–1959. In: GALVÃO, E. **Encontro de sociedades**: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979. p. 193-228.

- GILLIN, J. Tribes of the Guianas. *In*: STEWARD, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians** — volume 3: The tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution Press, 1948. p. 799-860.
- GOLDMAN, I. Tribes of the Uaupés-Caquetá Region. *In*: STEWARD, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians** — volume 3: The tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution Press, 1948. p. 763-798.
- GOLDMAN, I. **The Cubeo**: indians of the Northwest Amazon. Urbana: University of Illinois Press, 1963.
- GOLDMAN, I. **Cubeo Hehénewa religious thought**: metaphysics of a northwestern Amazonian People. New York: Columbia University Press, 2004.
- GONÇALVES, M. A. (org.). **Acre**: história e etnologia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ 1991.
- GONÇALVES, M. A. **O significado do nome**: cosmologia e nomeação entre os Pirahã. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1993.
- GONÇALVES, M. A. **O mundo inacabado**: ação e criação em uma cosmologia amazônica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- GONDIM, J. **A Pacificação dos Parintintins**: Koró de iuirap. Manaus: Comissão de Linhas Telegraficas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas, 1925.
- GOULART, L. T. Os Yanomami e o Projeto Yaripo: transformações e turismo em Maturacá. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- GOW, P. **Of mixed blood**: kinship and history in Peruvian Amazonia. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- GOW, P. Gringos and wild Indians: images of history in western Amazonian cultures. **L'Homme**, t. 33, 126-128, p. 327-347, 1993. [La remontée de l'Amazone]. <https://doi.org/10.3406/hom.1993.369643>
- GUERREIRO JR., A. Aliança, chefia e regionalismo no Alto Xingu. **Journal de la Société des Américanistes**, n. 97-2, p. 99-133, 2011. <https://doi.org/10.4000/jsa.11902>
- GUERREIRO JR., A. **Ancestrais e suas sombras**: uma etnografia da chefia Kalapalo e seu ritual mortuário. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- GUERREIRO JR., A. Do que é feita uma sociedade regional? Lugares, donos e nomes no Alto Xingu. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 18, n. 2, p. 23-55, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2016v18n2p23>
- HALBMAYER, E. **Contemporary Carib-Speaking Amerindians**: a bibliography of social anthropological and linguistic resources. Marburg: Curupira Workshop, 2013.
- HARRIS, M. The making of regional systems: the Tapajós/Madeira and Trombetas/Nhamundá regions in the Lower Brazilian Amazon, seventeenth and eighteenth centuries. **Ethnohistory**, v. 65, n. 4, p. 621-645, 2018. <https://doi.org/10.1215/00141801-6991274>
- HECKENBERGER, M. J. Rethinking the Arawakan diaspora: hierarchy, regionality, and the Amazonian Formative. *In*: HILL, J.; SANTOS-GRANERO, F. (eds.). **Comparative Arawakan histories**: rethinking language family and culture area in Amazonia. Urbana: University of Illinois Press, 2002. p. 99-122.
- HECKENBERGER, M. J. **The ecology of power**: culture, place, and personhood in the Southern Amazon AD 1000–2000. New York: Routledge, 2005.
- HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G. Amazonian Archaeology. **Annual Review of Anthropology**, v. 38, p. 251-266, 2009. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-091908-164310>

- HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G.; PETERSON, J. B. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, 41, p. 69-96, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0034-77011998000100003>
- HEINEN, H. D.; GARCÍA-CASTRO, A. The multiethnic network of the Lower Orinoco in early colonial times. **Ethnohistory**, v. 47, n. 3-4, p. 561-579, 2000. <https://doi.org/10.1215/00141801-47-3-4-561>
- HEMMING, J. **Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians**. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- HENLEY, P. Recent themes in the Anthropology of Amazonia: history, exchange, alterity. **Bulletin of Latin American Research**, v. 15, n. 2, p. 231-245, 1996. <https://doi.org/10.1111/j.1470-9856.1996.tb00032.x>
- HERNÁNDEZ DE ALBA, G. Sub-Andean tribes of the Cauca Valley. In: STEWARD, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians – volume 4: The Circum-Caribbean tribes**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1948. p. 297-328.
- HERRERO, M.; FERNANDES, U. **Baré: povo do rio**. São Paulo: Edições Sesc, 2015.
- HILL, J. **Wakuenai Society: a processual-structural analysis of indigenous cultural life in the Upper Rio Negro region of Venezuela**. Thesis (Doctorate) — University of Indiana, Bloomington, 1983.
- HILL, J. (ed.). **History, power, and identity: ethnogenesis in the Americas, 1492–1992**. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
- HILL, J. Musicalizando o outro: ironia ritual e resistência étnica Wakuénai (Venezuela). In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Imprensa Oficial: Editora Unesp, 2002. p. 347-374.
- HILL, J. Sacred landscapes as environmental histories in Lowland South America. In: HORNBERG, A.; HILL, J. (eds.). **Ethnicity in Ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory**. Boulder: University of Colorado Press, 2011. p. 259-277.
- HILL, J.; SANTOS-GRANERO, F. (eds.). **Comparative Arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazonia**. Urbana: University of Illinois Press, 2002.
- HORNBERG, A. Ethnogenesis, regional integration, and ecology in prehistoric Amazonia. **Current Anthropology**, v. 46, n. 4, p. 589-620, 2005. <https://doi.org/10.1086/431530>
- HORNBERG, A.; HILL, J. (eds.). **Ethnicity in Ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory**. Boulder: University of Colorado Press, 2011.
- HOWARD, C. Pawana: a farsa dos “visitantes” entre os Wáiwai da Amazônia setentrional. In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. C. (orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/ Universidade de São Paulo, 1993. p. 229-264.
- HOWARD, C. **Wrought identities: the Waiwai expeditions in search of the “unseen tribes” of Northern Amazonia**. Thesis (Doctorate) — University of Chicago, Chicago, 2001.
- HUGH-JONES, C. **From the Milk River**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- HUGH-JONES, S. **The palm and the pleiades: initiation and cosmology in Northwest Amazonia**. London: Cambridge University Press, 1979.
- HUGH-JONES, S. Historia del Vaupés. **Maguaré**, v. 1, p. 29-51, 1981.
- HUGH-JONES, S. Inside-out and back-to-front: the androgynous house in Northwest Amazonia. In: CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. (eds.). **About the house: Lévi-Strauss and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 226-252.

- HUGH-JONES, S. Bride-service and the absent gift. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 19, n. 2, p. 356-377, 2013. <https://doi.org/10.1111/1467-9655.12037>
- HUGO, V. **Desbravadores**. 2v. Humaitá: Missão Salesiana, 1959.
- HUMBOLDT, A. **Personal narrative of travels to the equinoctial regions of America**. 2v. London: Nabu Press, 1852.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA); FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO (FORIN). **Mapa-Livro povos indígenas do Alto e Médio Rio Negro**: uma introdução à diversidade cultural e ambiental do Noroeste da Amazônia brasileira. São Paulo: — Instituto Socioambiental; Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro; Brasília, DF: Ministério da Educação, 1998.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil – 2001/2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- IUBEL, A. **Transformações políticas e indígenas**: movimento e prefeitura no Alto Rio Negro. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- JACKSON, J. *The fish people: linguistic exogamy and Tukanoan identity in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JAKUBASZKO, A. **Imagens da alteridade**: um estudo da experiência histórica dos Enawene Nawe. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- JOURNET, N. **Les jardins de paix**: étude des structures sociales chez les Curripaco du haut Rio Negro (Colombie). Thèse (Doctorat em Ethnologie) — École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1988.
- JUNIO FELIPE, H. **Falas, lugares e transformação**: os Yuhupdeh do Baixo Rio Tiquié. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- KEPPI, J.; GOMIDE, M. L. (orgs.). **Alimentação Karo Arara**: saberes e práticas. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- KEPPI, J.; PRUIKSMA, N. (orgs.). **Nossas vidas**: histórias de mulheres Karo Arara. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- KIRCHHOFF, P. Mesoamérica: sus límites geográficos, composición étnica y caracteres culturales. *Acta Americana*, v. 1, n. 1, p. 92-107, 1943.
- KOCH-GRÜNBERG, T. **Del Roraima al Orinoco**. 3t. Caracas: Talleres de Gráfica Armitano, 1979.
- KOCH-GRÜNBERG, T. **Dois anos entre os indígenas**: viagens no Noroeste do Brasil (1903-1905). Manaus: Edua: Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2005.
- KOCH-GRÜNBERG, T. **A distribuição dos povos entre rio Branco, Orinoco, rio Negro e Yapurá**. Manaus: Edua, 2006.
- KRACKE, W. A posição histórica dos Parintintin na evolução das culturas Tupí-Guarani. In: RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A. S. C. (orgs.). **Línguas e culturas Tupí**. Campinas: Curt Nimuendajú; Brasília, DF: Laboratório de Línguas e Literatura Indígenas; Universidade de Brasília, 2007. p. 23-35.
- LARAIA, R. B. **Tupi**: índios do Brasil atual. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.
- LASMAR, C. **De volta ao lago de leite**. São Paulo: Editora Unesp; Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: NuTI, 2005.
- LATHRAP, D. **The upper Amazon**. London: Thames and Hudson, 1970.

- LEACH, E. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 2014 [1954].
- LEIGUE CASTEDO, L. **El Itenez salvaje**. La Paz: Ministerio de Educación; Departamento de Arqueología, Etnología y Folklore, 1957.
- LEONEL, M. **Etnodicéia Uruéu-Au-Au**. São Paulo: Edusp, 1995.
- LEOPOLDI, J. S. **De caçadores de cabeças a índios urbanos: a saga dos índios Munduruku**. São Paulo: Chiado, 2016.
- LÉVI-STRAUSS, C. The tribes of the right bank of the Guaporé river. *In*: STEWARD, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians** – volume 3: The tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution Press, 1948a. p. 370-379.
- LÉVI-STRAUSS, C. The Tupí Cawahib. *In*: STEWARD, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians** – volume 3: The tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution Press, 1948b. p. 299-305.
- LÉVI-STRAUSS, C. The tribes of the Upper Xingú River. *In*: STEWARD, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians** – volume 3: The tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution Press, 1948c. p. 321-348.
- LÉVI-STRAUSS, C. A noção de arcaísmo em etnologia. *In*: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1952 [1975].
- LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1976 [1949].
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].
- LÉVI-STRAUSS, C. Compte rendu. Frank Salomon & Stuart B. Schwartz, eds. The Cambridge history of the native peoples of the Americas – volume 3: South America. *L'Homme*, 158-159, p. 439-442, 2004 [1964].
- LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify, 2004 [1964].
- LIMA, T. S. **A parte do cauim**: etnografia Juruna. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- LIMA, T. S. **Um peixe olhou para mim**. O povo Yudjá e a perspectiva. São Paulo: Editora Unesp: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: NuTI, 2005.
- LISBÔA, T. A. **Enawenê-Nawê**: primeiros contatos. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010.
- LISBÔA, T. A. **Entre os índios Myky**: a resistência de um povo. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2018.
- LOLLI, P. A. **As redes de trocas rituais dos Yuhupdeh no igarapé Castanha, através dos benzimentos (mihdiid) e das flautas Jurupari (Tf)**. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LOLLI, P. Os Yuhupdeh vistos de outro lugar. *In*: LIMA, E. C.; CÓRDOBA, L. (orgs.). **Os outros dos outros**: relações de alteridade na etnologia sul-americana. Curitiba: Editora UFPR, 2011. p. 169-181.
- LONDOÑO-SULKIN, C. **People of substance**: an ethnography of morality in the Colombian Amazon. Toronto: University of Toronto Press, 2012.
- LYON, P. (ed.). **Native south-Americans**: ethnology of the least known continent. Long Grove: Waveland Press, 1974.
- LYON, P. An imaginary frontier: prehistoric highland-lowland interchange in the Southern Peruvian Andes. *In*: FRANCIS, P. D.; KENSE, F. J.; DUKE, P. J. (eds.). **Networks of the past**: regional interaction in archaeology. Proceedings of the Twelfth Annual Conference, the Archaeological Association of the University of Calgary. Calgary: Archaeological Association of the University of Calgary, 1981. p. 3-18.

- MACIEL, M. N. **A construção de uma identidade**: história oral com os Cassupá. Monografia (Conclusão de curso) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2000.
- MAIA, P. **Desequilibrando o convencional**. Estética e ritual com os Baré do Alto Rio Negro (Amazonas). Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- MAIZZA, F. **Cosmografia de um mundo perigoso**: espaço e relações de afinidade entre os Jarawara da Amazônia. São Paulo: Nankin: Edusp, 2012.
- MARQUES, B. R. **Os Hupd'ãh e seus mundos possíveis: transformações espaço-temporais do Alto Rio Negro**. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- MARTÍNEZ, C. **Una etnohistoria de Chiquitos**: más allá del horizonte jesuítico. Cochabamba: Instituto de Misionología: Itinerarios Editorial, 2018.
- MAYBURY-LEWIS, D. (ed.). **Dialectical societies**: the Gê and Bororo of Central Brazil. Harvard: Harvard University Press, 1979.
- MCEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E. (eds.). **Unknown Amazon**: culture in nature in ancient Brazil. London: British Museum Press, 2001.
- MEIRA, M. Índios e brancos nas Águas Pretas: histórias do rio Negro. In: FORLINE, L.; MURRIETA, R. S.; VIEIRA, I. C. (orgs.). **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. p. 183-226.
- MEIRA, M. **A persistência do aviamento**: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico. São Carlos: EDUFScar, 2018.
- MEIRELES, D. M. **Populações indígenas e a ocupação histórica de Rondônia**. Monografia (Conclusão de Curso) — Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1984.
- MEIRELES, D. M. **Guardiães da fronteira**. Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MEIRELES, D. M. O complexo cultural do marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 7, n. 2, p. 209-269, 1991. Série Antropologia.
- MELATTI, J. C. Pólos de articulação indígena. **Revista de Atualidade Indígena**, n. 16, p. 17-28, 1979.
- MELATTI, J. C. **América do Sul** – por que áreas etnográficas? Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.julielmelatti.pro.br/areas/alamersul.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- MENDONÇA DE SOUZA, S. Deformação craniana entre os índios Karitiana: análise de fotos de arquivo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 10, n. 1, p. 43-56, 1994. Série Antropologia.
- MENÉNDEZ, M. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. **Revista do Museu Paulista**, n. s., XXVIII, p. 289-388, 1981-1982.
- MENÉNDEZ, M. Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira. **Revista de Antropologia**, v. 27-28, p. 271-286, 1984-1985.
- MENÉNDEZ, M. A presença do branco na mitologia Kawahiwa: história e identidade de um povo Tupi. **Studi e Materiali di Storia delle Religioni**, v. 53, n. 1, p. 75-97, 1987.
- MENÉNDEZ, M. **Os Kawahiwa**: uma contribuição ao estudo dos Tupi Centrais. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- MENÉNDEZ, M. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relação entre colonizador e indígenas. In: CUNHA,

- M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 281-296.
- MENEZES, T. **O passado, o presente e o futuro nas plantas Puruborá (Rondônia)**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- MENGET, P. Jalons pour une étude comparative. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 71, n. 1, p. 131-141, 1985. <https://doi.org/10.3406/jsa.1985.2258>
- MENGET, P. Le propre du nom. Remarques sur l'onosmatique Txicao. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 79, n. 1, p. 21-31, 1993a. <https://doi.org/10.3406/jsa.1993.1467>
- MENGET, P. Les frontières de la chefferie: remarques sur le système politique du Haut Xingu (Brésil). **L'Homme**, t. 33, 126-128, p. 59-76, 1993b. [La remontée de l'Amazone]. <https://doi.org/10.3406/hom.1993.369629>
- MENGET, P. Notas sobre as cabeças mundurucu. In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. C. (orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo: Universidade de São Paulo, 1993c. p. 311-321.
- MENGET, P. **Em nome dos outros**: classificação das relações sociais entre os Txicao do alto Xingu. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia: Assírio & Alvim, 2001.
- MERE, G. Emil-Heinrich Snethlage (1897-1939): nota biográfica, expedições e legado de uma carreira interrompida. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 8, n. 3, p. 773-804, 2013. Série Ciências Humanas.
- MÉTRAUX, A. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians** — volume 1: The marginal tribes. Washington: Smithsonian Institution Press, 1946. p. 197-370.
- MEZACASA, R. [...] Deu tempo de demarcar e eles tomarem conta do resto [...]: História(s) indígena(s) sobre territórios e territorialidades em Rondônia. In: TRUBILIANO, C. A. B. (org.). **Debates indígenas na contemporaneidade**. Ji-Paraná: Edinter, 2018a. p. 56-76.
- MEZACASA, R. As mulheres Makuráp e o *saber-fazer* do marico. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 10, n. 1, p. 23-45, 2018b. <https://doi.org/10.26512/rbla.v10i1.19050>
- MICARELLI, G. Ordenar el pensamiento: place-making and the moral management of resources in a multi-ethnic territory, Amazonas, Colombia. In: ALEXIADES, M. (ed.). **Mobility and migration in Indigenous Amazonia**: contemporary ethnoecological perspectives. New York: Berghahn Books, 2009. p. 195-219.
- MILLER, E. T. **História da cultura indígena do Alto Médio-Guaporé**: Rondônia e Mato Grosso. Porto Velho: Edufro, 2007.
- MILLER, J. Les Mamaindê: changement et continuité. **Ethnies**, v. XIX, p. 44-59, 2009.
- MILLER, J. **As coisas**: os enfeites corporais e a noção de pessoa entre os Mamaindê (Nambiquara). Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.
- MINDLIN, B. **Nós Paiter**: os Suruí de Rondônia. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MINDLIN, B. **Tuparis e Tarupás**: narrativas dos índios Tuparis de Rondônia. São Paulo: Brasiliense: Edusp/Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, 1993.
- MINDLIN, B. **Antologia de mitos dos povos Ajuru, Arara, Arikapu, Aruá, Kanoe, Jabuti e Makurap**. São Paulo: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, 1995.
- MINDLIN, B. **Vozes da origem, estórias sem escrita**: narrativas dos índios Suruí de Rondônia. São Paulo: Ática: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, 1996.

- MINDLIN, B. **Moqueca de maridos**: mitos eróticos. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.
- MINDLIN, B. **Terra grávida**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1999.
- MINDLIN, B. **O couro dos espíritos**: namoro, pajés e cura entre os índios Gavião-Ikolen de Rondônia. São Paulo: Senac: Terceiro Nome, 2001.
- MINDLIN, B. **Mitos indígenas**. São Paulo: Ática, 2006.
- MOI, F.; SOUZA, E. R.; MORALES, W. F.; AZOINAYCE PARESI, R. W. Memória e oralidade: interpretação de grafismos rupestres entre os Aruak do Noroeste do Estado do Mato Grosso, Brasil. *In*: MORALES, W. F.; MOI, F. (orgs.). **Cenários regionais em arqueologia brasileira**. São Paulo: Annablume; Porto Seguro: Acervo Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009. p. 205-238.
- MONSERRAT, R. M. F. Notícia sobre a língua Puruborá. *In*: CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D. (orgs.). **Novos estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: Editora UnB, 2005. p. 9-22.
- MONSERRAT, R. M. F. Memória das atividades realizadas junto aos povos Puruborá e Kujubim, Rondônia, constantes em dois relatórios de viagem do Regional do CIMI/RO, de 2015 e 2017. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 10, n. 1, p. 87-95, 2018. <https://doi.org/10.26512/rbla.v10i1.19057>
- MONTANHA, G. O.; BARBOZA, J. J.; OLIVEIRA, A. D. Puruborá: mitos de um povo indígena ressurgido na Amazônia. **Tellus**, ano 14, n. 27, p. 151-174, 2014. <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i27.326>
- MONTEIRO, J. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI–XVII. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 475-498.
- MONTEIRO, J. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOREIRA NETO, C. A. **Índios da Amazônia**: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.
- MOSER, L. **Os Karitiana e a colonização recente em Rondônia**. Monografia (Bacharelado) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 1993.
- MOSER, L. **Os Karitiana no processo de desenvolvimento de Rondônia nas décadas de 1950 a 1990**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.
- MYERS, T. Aboriginal trade networks in Amazonia. *In*: FRANCIS, P. D.; KENSE, F. J.; DUKE, P. J. (eds.). **Networks of the past**: regional interaction in archaeology. Proceedings of the Twelfth Annual Conference, the Archaeological Association of the University of Calgary. Calgary: Archaeology Association of the University of Calgary, 1981. p. 19-30.
- NAHUM-CLAUDEL, C. **Vital diplomacy**: the ritual everyday on a dammed river in Amazonia. New York: Berghahn Books, 2018.
- NASCIMENTO, L. A. Da maloca ao assentamento: territorialidades e trajetórias dos Migueleno no contexto da sobreposição da REBIO Guaporé. **Odeere**, v. 3, n. 5, p. 104-119, 2018a. <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i5.2720>
- NASCIMENTO, L. A. Dispersão e etnicidade de um grupo amazônico: a sobreposição da REBIO Guaporé e a transformação dos Migueleno em colonos. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 5, n. 9, p. 155-169, 2018b.
- NEVES, E. **Paths in the dark waters**: archaeology as indigenous history in the upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon. Thesis (Doctorate) — Indiana University, Bloomington, 1998.

- NEVES, E. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do Alto Rio Negro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, suplemento 3, p. 319-330, 1999. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113476>
- NEVES, E. Indigenous historical trajectories in the Upper Rio Negro Basin. *In*: MCEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E. (eds.). **Unknown Amazon: culture in nature in ancient Brazil**. London: British Museum Press, 2001. p. 266-285.
- NEVES, E. Tradição oral e arqueologia na história indígena no Alto Rio Negro. *In*: FORLINE, L. C.; MURRIETA, R. S.; VIEIRA, I. C. (orgs.). **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. p. 71-108.
- NEVES, E. El nacimiento del “presente etnográfico”: la emergencia del patron de distribución de sociedades indígenas y familias lingüísticas en las tierras bajas suramericanas, durante el primer milenio d. C. *In*: CHAUMEIL, J.-P.; ESPINOSA DE RIVERO, O.; CORNEJO CHAPARRO, M. (orgs.). **Por donde hay soplo**. Estudios amazónicos en los países andinos. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2011. p. 39-65.
- NEVES, E. **Sob os tempos do equinócio: 8.000 anos de história na Amazônia Central (6.500 a.C. – 1.500 d.C.)**. Tese (Livre-Docência) — Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a.
- NEVES, E. A história dos Tariano vista pela oralidade e pela arqueologia. *In*: ANDRELLLO, G. (org.). **Rotas de criação e transformação: narrativas de origem e povos indígenas do Rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012b. p. 223-245.
- NEVES, E.; MUNITA, C.; HAZENFRATZ, R.; MONGELÓ, G. Ancient exchange networks in the Central Amazon. *In*: GLASCOCK, M.; NEFF, H.; VAUGHN, K. (eds.). **Ceramics of the indigenous cultures of South America: studies of production and exchange through compositional analysis**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2019. p. 231-239.
- NIMUENDAJÚ, C. The Mura and Piraha. *In*: STEWARD, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians – volume 1: The tropical forest tribes**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1948. p. 255-269.
- NIMUENDAJÚ, C. Reconhecimento dos rios Içána, Ayarí e Uaupés, março a julho de 1927. Apontamentos lingüísticos. **Journal de la Société des Américanistes**, v. 44, p. 149-178, 1955. <https://doi.org/10.3406/jsa.1955.2598>
- NIMUENDAJÚ, C. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1981a.
- NIMUENDAJÚ, C. Fragmentos de religião e tradição dos índios Shipáia. **Religião e Sociedade**, v. 7, p. 6-47, 1981b.
- NIMUENDAJÚ, C. As tribos do Alto Madeira. *In*: NIMUENDAJÚ, C. **Textos indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982. p. 111-22.
- NÓBREGA, R. S. **Contra as invasões bárbaras, a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóehj) contra os projetos hidrelétricos do rio Machado, em Rondônia**. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Campinas, Campinas, 2008.
- NORDENSKIÖLD, E. **Exploraciones y aventuras en Sudamérica**. La Paz: Apoyo para el Campesino-Indígena del Oriente Boliviano/Plural, 2001 [1924]).
- NORDENSKIÖLD, E. **La vida de los índios: el Gran Chaco (Sudamérica)**. La Paz: Apoyo para el Campesino-Indígena del Oriente Boliviano, 2002 [1912].
- NORDENSKIÖLD, E. **Índios y blancos en el Nordeste de Bolivia**. La Paz: Apoyo para el Campesino-Indígena del Oriente Boliviano/Plural, 2003 [1922].

- OBERG, K. Types of social structure among lowland tribes of South and Central America. **American Anthropologist**, v. 57, n. 3, part. 1, p. 472-487, 1955. <https://doi.org/10.1525/aa.1955.57.3.02a00060>
- OTERO DOS SANTOS, J. **Sobre mulheres brabas, parentes inconstantes e a vida entre outros: a Festa do Jacaré entre os Arara de Rondônia**. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- OTERO DOS SANTOS, J. Andar sobre a terra: constituição de lugares, coletivos e espaços-tempos Karo-Arara. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 21, n. 1, p. 139-169, 2019. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2019v21n1p139>
- OVERING KAPLAN, J. (ed.). Social time and social space in Lowland South American Societies. *In*: CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES, 42., 1977, Paris. **Actes** [...]. Paris: Société des Américanistes, 1977. v. 2, p. 259-275.
- OVERING KAPLAN, J. Elementary structures of reciprocity: a comparative note on Guianese, Central Brazilian, and North-West Amazon socio-political thought. **Antropológica**, n. 59-62, p. 331-348, 1983-1984. [Themes in political organization: the Caribs and their Neighbours].
- OVERING KAPLAN, J. Dualism as an expression of difference and danger marriage exchange and reciprocity among of Piaroa of Venezuela. *In*: KENSINGER, K. (ed.). **Marriage Practices in Lowland South America**. Chicago: University of Illinois Press, 1984. p. 127-155. (Illinois Studies in Anthropology, 14).
- OVERING KAPLAN, J. Images of cannibalism, death and domination in a “non-violent” society. **Journal de la Société des Américanistes**, t. 72, n. 1, p. 133-156, 1986.
- OVERING KAPLAN, J. Styles of manhood: an Amazonian contrast in tranquility and violence. *In*: HOWELL, S.; WILLIS, R. (eds.). **Societies at peace: anthropological perspectives**. London: Routledge, 1989. p. 79-99.
- PAPPIANI, A.; LACERDA, I. (orgs.). **Histórias do começo e do fim do mundo: o contato do povo Paiter Suruí**. São Paulo: Ikore, 2016.
- PEGGION, E. Juma: a tragédia de um povo. *In*: RICARDO, C. A. (org.). **Povos indígenas no Brasil 1996/2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 449-450.
- PEGGION, E. **Relações em perpétuo desequilíbrio: a organização dualista dos povos Kagwahiva da Amazônia**. São Paulo: Annablume: Instituto Socioambiental, 2011a.
- PEGGION, E. Conflitos e alianças indígenas no sul do estado do Amazonas. O caso dos Tenharim do rio Marmelos (Tupi-Kagwahiva). *In*: LIMA, E. C.; CÓRDOBA, L. (orgs.). **Os outros dos outros: relações de alteridade na etnologia sul-americana**. Curitiba: Editora UFPR, 2011b. p. 71-81.
- PEREIRA, A. V. **Demarcando vestígios: definindo (o território de) indígenas em isolamento voluntário na Terra Indígena Massaco**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- PEREIRA, C. **Situação social dos índios urbanos no município de Porto Velho, Rondônia**. Monografia (Conclusão de Curso) — Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010.
- PEREIRA, P. C.; SILVA, M. L.; KAXARARI, C. Povos indígenas Kaxarari: a educação indígena e a luta no processo de resgate cultural diante dos novos aparatos tecnológicos. *In*: XIMENES, C.; PICANÇO, E.; CARVALHO, R.; SILVA, R. (orgs.). **Educação e modo de vida das populações indígenas amazônicas**. Curitiba: Editora CRV, 2019. p. 121-131.
- PESOVENTO, A. Micro-história indígena em Rondônia: abusos contra meninas-moças-mulheres a partir de registros documentais do Serviço de Proteção aos Índios — SPI. **Revista Labirinto**, ano XII, n. 16, p. 5-15, 2012.

- PERRONE-MOISÉS, B. **Festa e guerra**. Tese (Livre-Docência) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PESSOA DA SILVA, C.; COSTA, A. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio Madeira durante o século XVIII. **Amazônica**, v. 6, n. 1, p. 110-139, 2014. <https://doi.org/10.18542/amazonica.v6i1.1751>
- PORRO, A. História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. *In*: CUNHA, M. C. (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 175-196.
- PORRO, A. As crônicas do Rio Amazonas: tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Manaus: Edua, 1993.
- PORRO, A. **O povo das águas**. Ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PORRO, A. Dicionário etno-histórico da Amazônia colonial. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros: Universidade de São Paulo, 2007.
- POZZOBON, J. Isolamento e endogamia: observações sobre a organização social dos índios Maku. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- PRICE, D. The Nambiquara linguistic family. **Anthropological Linguistics**, v. 20, n. 1, p. 14-37, 1978.
- PRICE, D. Nambiquara geopolitical organization. **Man: The Journal of the Royal Anthropological Institute**, n. s. 22, p. 1-24, 1987.
- PRICE, D. **Before the bulldozer**: the Nambiquara Indians and the World Bank. Cabin John: Seven Locks Press, 1989.
- PRICE, D. Pareci, Cabixi, Nambiquara: a case study in the western classification of native peoples. **Journal de la Société des Américanistes**, 69, p. 129-148, 1983. <https://doi.org/10.3406/jsa.1983.2228>
- RAMIREZ, H. Línguas Arawak da Amazônia setentrional: comparação e descrição. Manaus: Edua, 2001.
- RAMIREZ, H. As línguas indígenas do Alto Madeira: estatuto atual e bibliografia básica. **Língua Viva**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2006.
- RAMIREZ, H. Etnônimos e topônimos no Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 2, n. 2, p. 13-58, 2010. <https://doi.org/10.26512/rbla.v2i2.16223>
- RAMIREZ, H.; VEGINI, V.; FRANÇA, M. C. V. O warázu do Guaporé (tupi-guarani): primeira descrição linguística. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, v. 17, n. 2, p. 411-506, 2017. <https://doi.org/10.20396/liames.v17i0.8647468>
- RAMOS, A. **Hierarquia e simbiose**: relações intertribais no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1980.
- RAMOS, D. P. **Círculos de coca e fumaça**: encontros noturnos e caminhos vividos pelos Hupd'äh (Maku). Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- RENARD-CASEVITZ, F.-M. História Kampa, memória Ashaninka. *In*: CUNHA, M. C. (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 197-212.
- RENARD-CASEVITZ, F.-M.; SAIGNES, T.; TAYLOR, A.-C. **L'Inca, l'Espagnol et les sauvages**: rapports entre sociétés amazoniennes et andines du XVe au XVIIe siècle. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1986.
- REESINK, E. Who are the Nambikwara? On names, partialities and peoples. *In*: WETZELS, L. (ed.). **Language endangerment and endangered languages**. Linguistic and anthropological studies with special emphasis on the languages and cultures of the Andean-Amazonian border area. Leiden: CNWS Publications, 2007, p. 249-268.

- REESINK, E. **Allegories of wildness**: three Nambikwara ethnohistories of sociocultural and linguistic change and continuity. Amsterdam: Rozenberg Publishers, 2010.
- REESINK, E. Os Sabanê e os povos do Nambikwara do Norte: etno-histórias das ruínas da história e de recriações tardias. **Tellus**, ano 15, n. 29, p. 113-133, 2015. <https://doi.org/10.20435/tellus.v0i29.341>
- REID, H. **Some aspects of movement, growth and change among the Hupdu Maku Indians of Brazil**. Thesis (Doctorate) — University of Cambridge, Cambridge, 1979.
- REICHEL-DOLMATOFF, G. **Desana**: simbolismo de los índios tukano del Uapés. Bogotá: Ediciones Universidad de los Andes, 1968.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1970].
- RIBEIRO, E. R.; VAN DER VOORT, H. Nimuendajú was right: the inclusion of the Jabutí language family in the Macro-Jê stock. *International Journal of American Linguistics*, v. 76, n. 4, p. 517-570, 2010. <https://doi.org/10.1086/658056>
- RIBEIRO, T. (org.). **Diagnóstico etnoambiental participativo**. Etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas: Terra Indígena Zoró. Porto Velho: Edufro: Kanindé, 2015.
- RIVIÈRE, P. **Individual and society in Guiana**: a comparative study of Amerindian social organization. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- RIVIÈRE, P.; GRUPIONI, D.; GALLOIS, D.; BARBOSA, G.; SZTUTMAN, R.; DO PATEO, R. A propósito de *Redes de relações nas Guianas*. **Mana**, v. 13, n. 1, p. 251-273, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132007000100010>
- RODRIGUES, A. D. A classificação do tronco linguístico Tupí. **Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1/2, p. 99-104, 1964.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- RODRIGUES, A. D. Tupí languages in Rondônia and in eastern Bolivia. *In*: WETZELS, L. (ed.). **Language endangerment and endangered languages**. Leiden: CNWS Publications, 2007. p. 355-363.
- RODRIGUES, R. **Descendo o rio**: memórias, trajetórias e nomes no baixo Uaupés (AM). Tese de Doutorado. UFSCar, São Carlos, 2019.
- RONDON, C. M. S. **Missão Rondon**: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraficas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.
- ROOSEVELT, A. **Moundbuilders of the Amazon**: geophysical archaeology on Marajo Island, Brazil. San Diego: Academic Press, 1991.
- ROOSEVELT, A. Arqueologia amazônica. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 53-86.
- ROOSEVELT, A. Amazonian anthropology: strategy for a new synthesis. *In*: ROOSEVELT, A. (ed.). **Amazonian Indians from prehistory to the present**: anthropological perspectives. Tucson: University of Arizona Press, 1994. p. 1-29.
- ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

- SALOMON, F.; SCHWARTZ, S. (eds.). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas – volume 3: South America, part 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999a.
- SALOMON, F.; SCHWARTZ, S. (eds.). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas – volume 3: South America, part 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999b.
- SALZANO, F. **The Amerindian microcosm: anthropology, comparative history, ecology, genetics and evolution**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2019.
- SAMPAIO, F. X. R. **As viagens do ouvidor Sampaio (1774–1775)**. Manaus: Fundo Editorial: Associação Comercial do Amazonas, 1985.
- SAMPAIO, W. **As línguas tupi-kawahib: um estudo sistemático filogenético**. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Rondônia, 2001.
- SAMPAIO, W.; SILVA, V. **Os povos indígenas de Rondônia: contribuições para a compreensão de sua cultura e de sua história**. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 1997.
- SAMPAIO, W.; SILVA, V.; MIOTELLO, V. (orgs.). **Mitos Amondawa**. Porto Velho: Edufro, 2004.
- SANCHEZ, G. Plantações de queixadas, peixes-mandioca e corujinhas-boiadeiras: as relações entre humanos, animais e maestria na Terra Indígena do Rio Guaporé (Rondônia). *Mediações*, v. 24, n. 3, p. 28-41, 2019a. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2019v24n3p28>
- SANCHEZ, G. **Os Kujubim e os bichos de pena: uma etnografia multiespecífica das relações entre humanos e não humanos no Vale do Guaporé, Rondônia**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019b.
- SANTOS, E. D. Os Kaxarari. In: FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR; CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (orgs.). **Povos do Acre: história indígena da Amazônia Ocidental**. Rio Branco: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour; Porto Velho: Conselho Indigenista Missionário, 2002.
- SANTOS, F. J. **Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina**. Manaus: Edua, 1999.
- SANTOS, G. M. (org.). **Álbum Purus**. Manaus: Edua, 2011.
- SANTOS, G. M.; APARÍCIO, M. (orgs.). **Redes Arawa: ensaios de etnologia do Médio Purus**. Manaus: Edua, 2016.
- SANTOS-GRANERO, F. **Etnohistoria de la Alta Amazonia: siglos XV-XVIII**. Quito: Abya-Yala, 1992.
- SANTOS-GRANERO, F. Templos e ferrarias: utopia e re-invenção cultural no oriente peruano. In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. C. (orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/Universidade de São Paulo, 1993. p. 67-93.
- SANTOS-GRANERO, F. Writing history into the landscape: space, myth, and ritual in contemporary Amazonia. *American Ethnologist*, n. 25, p. 128-148, 1998. <https://doi.org/10.1525/ae.1998.25.2.128>
- SANTOS-GRANERO, F. **Vital enemies: slavery, predation, and the Amerindian political economy of life**. Austin: University of Texas Press, 2009.
- SANTOS-GRANERO, F.; BARCLAY, F. **Guía etnográfica de la Alta Amazonía**. Quito: FLACSO; Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 1994. v. 1.
- SARMENTO, F. **O médio rio Negro indígena: aspectos históricos, socioculturais e panorama antropológico contemporâneo**. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

- SARMENTO, F. O Alto Rio Negro indígena em mais de dois mil anos de história. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 11, n. 2, p. 41-72, 2019. <https://doi.org/10.26512/rbla.v11i02.26900>
- SCHETTINO, M. P. F. Áreas etnográficas: proposta de reestruturação do Departamento de Identificação e Delimitação com base na atuação em áreas etnográficas. **Terra dos Índios: Revista Eletrônica sobre Questão Fundiária Indígena no Brasil**, v. 6, n. 2, p. 1-23, 2003. Disponível em: <www.funai.gov.br/ultimas/e_revista/index.htm>. Acesso em: 15 mar. 2005. <https://doi.org/10.26512/interethnica.v6i2.12336>
- SCHINDLER, H. Die Karihona: Eine Caribgruppe Nordwest-Amazoniens. Munique: Utzverlag GmbH, 2019.
- SCHMIDT, M. **Die Aruaken**. Ein Beitrag zum Problem der Kulturverbreitung. Studien zur Ethnologie und Soziologie, herausgegeben von A. Vierkandt. Leipzig: Veit & Comp, 1917. Heft 1.
- SCHWARTZ, S. Denounced by Lévi-Strauss CLAH Luncheon Address. **The Americas**, v. 59, n. 1, p. 1-8, 2002. <https://doi.org/10.1353/tam.2002.0090>
- SCHWARTZ, S.; SALOMON, F. Réponse à Claude Lévi-Strauss. **L'Homme**, 167-168, p. 315-318, 2003. <https://doi.org/10.4000/lhomme.21568>
- SEEGER, A.; DAMATTA, R.; VIVEIROS DE CASTRO, E. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, n. 32, p. 2-19, 1979. Série Antropologia.
- SERVICE, E. **Origins of the State and Civilization**. The process of cultural evolution. New York: W. W. Norton, 1975.
- SEVERIANO DA FONSECA, J. **Viagem ao redor do Brasil 1875-1878**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986 [1880-1881]. v. 2.
- SHIRATORI, K. O homem que falava cantando: um panorama da presença de povos indígena Kagwahiva em isolamento na bacia do rio Madeira. In: RICARDO, F.; GONGORA, M. (orgs.). **Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019. p. 196-204.
- SCOLFARO, A. **Falas Waikhana: conhecimento e transformações no Alto Rio Negro (rio Papuri)**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- SILVA, J. F. Utiariti – a última tarefa. In: WRIGTH, R. (org.). **Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1999. p. 399-424.
- SILVA, J. F. (org.). **Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia: história, língua, cultura e territorialidade**. Goiânia: Editora UCG, 2008a.
- SILVA, J. F. Identidades e conflitos na fronteira: poderes locais e os Chiquitanos. **Memoria Americana**, v. 16, n. 2, p. 119-148, 2008b.
- SILVA, O. S. **Eduardo Galvão: índios e caboclos**. São Paulo: Annablume, 2007.
- SILVERWOOD-COPE, P. Os Maku: povo caçador do Noroeste da Amazônia. Brasília, DF: Editora UnB, 1990.
- SNETHLAGE, E. H. **Atiko Y: meine Erlebnisse bei den Indianern des Guaporé**. Berlin: Klinkhardt & Biermann Verlag, 1937.
- SNETHLAGE, E. H. Die Guaporé-Expedition (1933-1935): Ein Forschungstagebuch. Köln: Böhlau, 2015.
- SOARES, A. L. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.
- SOARES PINTO, N. **Do poder do sangue e da chicha: os Wajuru do Guaporé (Rondônia)**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

- SOARES PINTO, N. Nós somos todos misturados?: histórias e parentesco Wajuru (Rondônia). *In*: PIMENTA, J.; SMILJANIC, M. I. (orgs.). **Etnologia indígena e indigenismo**. Brasília, DF: Positiva, 2012. p. 159-184.
- SOARES PINTO, N. **Entre as teias do marico**: parentes e pajés djeoromixi. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- SOARES PINTO, N. Percursos indígenas no rio Guaporé (Rondônia), sec. XX: a biografia de Kubähi Djeoromixi e uma possível lógica mito-prática. *In*: MARTÍNEZ, C.; VILLAR, D. (orgs.). **En el corazón de América del Sur**: antropología, arqueología, historia. Santa Cruz de la Sierra: Biblioteca del Museo de Historia: UAGRM, 2015. v. 2, p. 187-212.
- SOARES PINTO, N. De coexistências: sobre a constituição de lugares djeoromixi. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 9, n. 1, p. 61-82, 2017.
- SOARES PINTO, N.; NOGUEIRA, A. F. S. A cosmologia lexical: etnografia e estudos linguísticos entre os Wajuru. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 16, n. 1, p. 41-68, 2017. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2014v16n1p41>
- SORENSEN, A. P. Multilingualism in the Northwest Amazon. **American Anthropologist**, v. 69, n. 6, p. 670-682, 1967.
- SPRUCE, R. **Notes of a botanist on the Amazon and Andes**. London: MacMillan and Co, 1908.
- STEWART, J. H. (ed.). **Handbook of South American Indians** – volume 2: The Andean civilizations. Washington: Smithsonian Institution Press, 1946.
- STEWART, J. H.; FARON, L. **Native peoples of South America**. New York: McGraw-Hill, 1959.
- STRADELLI, E. **Lendas e notas de viagem**: a Amazônia de Ermano Stradelli. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- SURUÍ, A. (org.). Plano de gestão etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro. Brasília, DF: ACT Brasil, 2008.
- SWEET, D. G. **A rich realm of nature destroyed**: the middle Amazon valley, 1640–1750. Thesis (PhD) — University of Wisconsin, Madison, 1974.
- SZTUTMAN, R. **O profeta e o principal**. São Paulo: Edusp, 2012.
- TAYLOR, A.-C. História pós-colombiana da alta Amazônia. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 213-238.
- TEIXEIRA-PINTO, M. **Iepari**: sacrifício e vida social entre os índios Arara. São Paulo: Hucitec: Anpocs; Curitiba: Editora UFPR, 1997.
- TEMPESTA, G. **Travessia de banheiros**: historicidade e organização sociopolítica Apiaká. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- TIMÓTEO DA CUNHA, E. **Quando esse tal de SPI chegou**: o Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- TIMÓTEO DA CUNHA, E. Da tutela ao protagonismo: a trajetória Cassupá em Rondônia. **Mediações**, v. 22, n. 2, p. 223-276, 2017. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p223>
- TOLEDO, O. **Profetismo entre os povos indígenas do rio Uaupés**: escatologia e hierarquia. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- TRUBILLANO, C. Apontamentos sobre a economia da borracha e a exploração da mão de obra indígena em Rondônia. **Ñanduty**, v. 5, n. 7, p. 45-63, 2017. <https://doi.org/10.30612/nty.v5i7.7789>

- URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 87-102.
- UZENDOSKI, M. A. The horizontal archipelago: the Quijos/Upper Napo regional system. **Ethnohistory**, v. 51, n. 2, p. 317-357, 2004. <https://doi.org/10.1215/00141801-51-2-317>
- VANDER VELDEN, F. Os Tupí em Rondônia: diversidade, estado do conhecimento e propostas de investigação. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 2, n. 1, p. 115-143, 2010. <https://doi.org/10.26512/rbla.v2i1.16217>
- VANDER VELDEN, F. Banhos de sangue: relatos Karitiána de guerras, canibalismo e troféus humanos. *In*: CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D.; LOPES, J. D.; JULIÃO, M. R. S. (orgs.). **Línguas e culturas Tupí**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú; Brasília, DF: Laboratório de Línguas e Literatura Indígenas; Universidade de Brasília, 2011. p. 27-58.
- VANDER VELDEN, F. **Inquietas companhias**: sobre os animais de criação entre os Karitiana. São Paulo: Alameda, 2012.
- VANDER VELDEN, F. Entre o Ji-Paraná e o Amazonas: notas (e hipóteses) sobre o tempo antigamente dos Karitiana. *In*: COSTA, F. V. F.; FRANCO NETO, J. V. (orgs.). **Multiverso indígena**: abordagens transdisciplinares. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2014. p. 19-52.
- VANDER VELDEN, F. O retorno das onças: os Puruborás e os desdobramentos da diversidade étnica e cultural recente em Rondônia. *In*: CABRAL, A. S. A. C.; ISIDORO, E.; LOPES, J. D. (orgs.). **Línguas e culturas Tupí**. Brasília, DF: Laboratório de Línguas e Literatura Indígenas; Universidade de Brasília, 2017. v. 4, p. 19-32.
- VANDER VELDEN, F. Sobre crânios achatados e pilões de pedra: algumas notas sobre a origem dos Karitiana. *In*: TRUBILIANO, C. A. B. (org.). **Debates indígenas na contemporaneidade**. Ji-Paraná: Edinter, 2018. p. 29-55.
- VIDAL, S. M. **El modelo del proceso migratorio prehispánico de los Piapoco**: hipótesis e evidencias. Tesis (Maestría) — Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas, Caracas, 1987.
- VIDAL, S. M. **Reconstrucción de los procesos de etnogénesis y de reproducción social entre los Baré de río Negro (siglos XVI-XVIII)**. Tesis (Doctorado) — Centro de Estudios Avanzados, Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas, Caracas, 1993.
- VIDAL, S. M. Amerindian Groups of Northwest Amazonia: their regional system of political-religious hierarchies. **Anthropos**, v. 94, n. 4/6, p. 515-528, 1999.
- VIDAL, S. M.; ZUCCHI, A. Efectos de las expansiones coloniales en las poblaciones indígenas del Noroeste Amazonico (1798-1830). **Colonial Latin American Review**, v. 8, n. 1, p. 113-132, 1999. <https://doi.org/10.1080/10609169984782>
- VIDAL, S. M.; ZUCCHI, A. Los caminos del Kúwai: evidencias del conocimiento geopolítico de las expansiones y migraciones de los grupos Arawakos. *In*: HERRERA, L.; CARDALE DE SCHRIP, M. (eds.). **Caminos precolombinos**: las vías, los ingenieros y los viajeros. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología y Historia, 2000. p. 87-113.
- VILAÇA, A. **Comendo como gente**: formas do canibalismo wari' (Pakaa Nova). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Anpocs, 1992.
- VILAÇA, A. **Quem somos nós**: os Wari' encontram os brancos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- VILLAR, D.; CÓRDOBA, L.; COMBÈS, I. **La reducción imposible**: las expediciones del padre Negrete a los Pacaguaras (1795-1800). Cochabamba: Editores Nómadas: Universidad Católica de Cochabamba, 2009.

- VIVEIROS DE CASTRO, E. Sociedades minimalistas: a propósito de um livro de Peter Rivière. **Anuário Antropológico**, v. 10, n. 1, p. 265-282, 1986a.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986b.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **From the enemy's point of view**: humanity and divinity in an Amazonian society. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Histórias ameríndias. **Novos Estudos**, n. 36, p. 22-33, 1993a.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. C. (orgs.). **Amazônia**: etnologia e história indígena. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/ Universidade de São Paulo, 1993b. p. 150-210.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Images of nature and society in Amazonian Ethnology. **Annual Review of Anthropology**, 25, p. 179-200, 1996. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.25.1.179>
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Etnologia brasileira. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira** – volume I: Antropologia. São Paulo: Sumaré: Anpocs, 1999, p. 109-223.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Imagens da natureza e da sociedade. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 317-344.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Nenhum povo é uma ilha. *In*: RICARDO, F.; GONGORA, M. (orgs.). **Cercos e resistências**: povos indígenas isolados na Amazônia brasileira. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019. p. 8-14.
- VON DEN STEINEN, K. **O Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- VAN DER VOORT, H. Djeoromitxi. *In*: ISA — Instituto Socioambiental. **Povos indígenas**. Lista de povos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Djeoromitx%C3%AD>>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- VON GRAEVE, B. **The Pacaia nova**: clash of cultures on the Brazilian frontier. Toronto: University of Toronto Press, 1991.
- WALLACE, A. R. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. São Paulo: Edusp, 1979.
- WHIFFEN, T. O Noroeste Amazônico: notas de alguns meses que passei entre tribos canibais. Rio Branco: Nepan Editora, 2019.
- WHITEHEAD, N. The ancient Amerindian polities of the Amazon, the Orinoco, and the Atlantic coast: a preliminary analysis of their passage from antiquity to extinction. *In*: ROOSEVELT, A. (ed.). **Amazonian Indians from prehistory to present**: anthropological perspectives. Tucson: The University of Arizona Press, 1994. p. 33-53.
- WHITEHEAD, N. Native peoples confront colonial regimes in Northeastern South America (c. 1500-1900). *In*: SALOMON, F.; SCHWARTZ, S. (eds.). **The Cambridge history of the native peoples of the Americas** – volume III: South America, part 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 382-442.
- WHITEHEAD, N. Tribes make states and states make tribes: warfare and the creation of colonial tribes and states in Northeast South America. *In*: FERGUSON, B.; WHITEHEAD, N. (eds.). **War in the tribal zone**: expanding states and indigenous warfare. Santa Fe: School of American Research Press, 2001. p. 127-150.
- WHITEHEAD, N.; ALEMÁN, S. W. (eds.). **Anthropologies of Guayana**: cultural spaces in northeastern Amazonia. Tucson: The University of Arizona Press, 2009.

- WRIGHT, R. **The history and religion of the Baniwa peoples of the upper Rio Negro valley**. Thesis (Doctorate) — University Micro lms, Ann Arbor, 1981.
- WRIGHT, R. Indian slavery in the Northwest Amazon. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 7, n. 2, p. 149-179, 1991.
- WRIGHT, R. História indígena do Noroeste da Amazônia: hipóteses, questões, e perspectivas. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 253-266.
- WRIGHT, R. **Cosmos, self and history in Baniwa Religion**: for those unborn. Austin: University of Texas Press, 1998.
- WRIGHT, R. **História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- WÜST, I. The Eastern Bororo from an archaeological perspective. *In*: ROOSEVELT, A. (ed.). **Amazonian Indians**: from prehistory to the present. Tucson: The University of Arizona Press, 1994. p. 315-342.
- ZACK, E. (Stanislav Zach). **Relatório**: vocabulário das tribus Massacá, Salamãin, Coaiá e Canoê. Manuscrito [microfilme n. 308: 328-343; 344-351, posto 333, planilha 3. Rio de Janeiro: Arquivo do Museu do Índio, 1943.
- ZIMPEL NETO, C. **Na direção das periferias extremas da Amazônia**: arqueologia na bacia do rio Jiparana, Rondônia. Dissertação (Mestrado) — Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- ZUCCHI, A. A new model of the northern Arawakan expansion. *In*: HILL, J.; SANTOS-GRANERO, F. (orgs.). **Comparative Arawakan histories**: rethinking language family and culture are in Amazonia. Chicago: University of Illinois Press, 2002. p. 199- 222.
- ZUCCHI, A. Antiguas migraciones Maipures y Caribes: dos areas ancestrales y diferentes rutas. *In*: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (orgs.). **Arqueologia Amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. v. 1, p. 113-135

Resumo

Das áreas culturais às redes de relações: os sistemas regionais ameríndios em análise

Este artigo retoma e rediscute conceitos distintos, que, ao longo da história da etnologia indígena nas terras baixas sul-americanas, foram mobilizados em reflexões sobre contatos e relações entre os “povos” nativos desta região, buscando destacar alguns caminhos analíticos que se desdobraram a partir da crítica à caracterização daqueles como unidades autônomas, circunscritas e fechadas para relações com o exterior. Por meio da análise de produção etnológica sobre dois sistemas regionais ameríndios — um deles classicamente reconhecido (o Alto Rio Negro) e outro emergente (o Alto Rio Madeira, ou Grande Rondônia) —, as investigações que focalizam as dinâmicas de abertura e intercâmbios generalizados entre “unidades sociais” perpassam diferentes áreas etnográficas ou culturais e conectam virtualmente todo o tecido social sul-americano.

Palavras-chave: Sistemas regionais; Relações; Ameríndios; Alto Rio Negro; Alto Rio Madeira

Abstract

From cultural areas to networks of relations: Amerindian regional systems under analysis

This article takes up and re-discusses the different concepts that, throughout the history of Ethnology in Lowland South America, were mobilized in reflections on contacts and relations between the native “peoples” of this region, by seeking to highlight some analytical paths that unfolded from criticism to their characterization as autonomous, circumscribed, and closed social units. Through the analysis of ethnological scholarship on two Amerindian regional systems — one classically recognized (the Upper Rio Negro), and the other an emergent one (the Upper Rio Madeira, or “Grande Rondônia”) —, investigations focused on the dynamics of openness and widespread exchanges between “social units” span different ethnographic or cultural areas and virtually connect the entire South American social fabric.

Keywords: Regional systems; Relations; Amerindians; Upper Rio Negro; Upper Rio Madeira.

Resumé

Des espaces culturels aux réseaux sociaux : les systèmes régionaux amérindiens sous analyse

Cet article reprend et discute différents concepts qui, tout au long de l’histoire de l’ethnologie indigène des basses terres d’Amérique du Sud, ont été mobilisés dans les réflexions sur les contacts et les relations entre les “peuples” originaires de cette région, cherchant à mettre en évidence quelques pistes d’analyse qui se sont déroulées à partir de la critique de la caractérisation de ces peuples en tant qu’unités autonomes, circonscrites et fermées sur elles-mêmes. À travers l’analyse de la production ethnologique sur deux systèmes régionaux amérindiens — l’un reconnu classiquement (la haute rivière “Negro”), l’autre émergent (la haute rivière “Madeira”, ou “Grande Rondônia”) — on peut affirmer que les recherches qui se concentrent sur les dynamiques de l’ouverture et des échanges généralisés entre “unités sociales” s’étendent sur différentes zones ethnographiques ou culturelles et relient pratiquement tout le tissu social sud-américain.

Mots-clés: Systèmes régionaux; Relations; Amérindiens; Haut Rio Negro; Haut Rio Madeira.